

Asemana



SEXTA-FEIRA, 28 DE SETEMBRO DE 2007 • ANO XVII • Nº 816 • SEMANÁRIO • PREÇO: 100\$00

DIRECTORA: FILOMENA SILVA

ORLANDO DIAS DESISTE DE CONCORER

Orlando Dias, deputado e dirigente do MpD, decidiu não concorrer como independente à Câmara de Santa Cruz. Assim, diz, fica em condições para, na próxima convenção a acontecer depois das eleições autárquicas, protagonizar um movimento de mudança da actual liderança, que diz ser provisória.

Pág. 15



PARTIDOS POLÍTICOS DEFINEM CANDIDATOS

Os partidos com assento parlamentar têm já definido a maioria dos seus cabeças-de-lista às eleições autárquicas de Março de 2008. Tanto o PAICV como o MpD perspectivam concluir esse processo até a segunda quinzena de Outubro próximo.

Pág. 14



VICTOR FIDALGO RECUSA TARRAFAL

Victor Fidalgo, presidente da CI, recusou candidatar-se à CM do Tarrafal de Santiago. Fidalgo, que se encontra num "non stop" até Dezembro, considerou a possibilidade de se lançar à conquista daquela autarquia pouco ou nada atraente face aos projectos que tem em mira neste momento.

Pág. 5

ACTUALIDADE

GUARDA NACIONAL E ESCOLA MILITAR A CAMINHO

Pág. 4

SOCIAL

MÃE ACUSADA DE DEIXAR CRIANÇA MORRER DE FOME E SEDE

Pág. 17

CULTURA

CIDADE VELHA NA BOCA DO MUNDO

Kriolidadi

CORREIO

PARADISE BEACH VIOLA ORLA MARÍTIMA

Centrais

DESPORTO

NAÇÃO CRIOULA, GERAÇÃO DE OURO

LANCE

Governo socorre Electra com milhões de contos

Pág. 2

IV Prémio **GARANTIA Jovens Pintores**
(16 a 33 anos)

Participe

Inscrições de 21 de Setembro a 31 de Outubro de 2007



mais perto de si

Contactos: Agência Piteira, 2601230 • Agência Cra d'Água, 2608678 • Agência Assinada, 2655488 • Agência do Munde, 2333321 • Agência Espargão, 2411090 • Agência S. Maria, 2421833

No país dos apagões

Cabo Verde, em particular a capital, voltou nos últimos dias a viver sob o signo dos apagões. Para resolver a crise, o governo teve de assumir o «défice tarifário» que impede a Electra de apresentar melhores balancetes. Para uma fonte, o referido défice é algo que se arrasta há bastantes anos, desde os tempos em que o controlo accionista da Electra estava nas mãos do grupo EDP/AdP. «E ao que tudo indica a situação agravou-se», sublinha.

A Electra, acrescenta a mesma fonte, defende que o seu último aumento de tarifas ficou muito aquém dos custos reais da electricidade e água que produz, daí a necessidade de alguém, neste caso o Estado, cobrir o diferencial existente. Pois, como dizem os clássicos, em economia não há almoços grátis. A factura é um dia apresentada e alguém terá de pagá-la.

A isso soma-se a elevada dívida que os municípios mantêm junto da empresa, tanto a nível da iluminação pública como da produção de energia pelas centrais ou geradores espalhados pelo país, e que neste momento ultrapassa um milhão de contos. Uma dívida, recorde-se, que as câmaras têm procurado contrapor com a cobrança de uma taxa à Electra pela utilização dos seus terrenos, onde instala postes de iluminação e outros equipamentos. E como a Electra também recusa pagar tal factura, o encontro de contas nunca acontece e serve para agudizar o défice. Um encontro entre o governo, a ANMCV e a Electra está agendado para o próximo dia 15, para tentar resolver, de uma vez por todas, mais este círculo vicioso.

A esta cadeia de problemas junta-se também os consumidores, cidadãos e empresas, que dificilmente vêem com bons olhos uma política de tarifas mais próxima da realidade. Mais uma vez, parafraseando os clássicos, não há electricidade de borla, ou abaixo do custo real, para ninguém. Alguém, não importa como, tem de pagar o preço real.

O governo vai injectar 550 mil contos na Electra, para ajudá-la a saldar a dívida de 800 mil contos junto da Enacol e da Shell. Uma solução que não passa de um paliativo e que deixa a nu as responsabilidades do próprio Estado na política energética do país. Afinal, foi preciso as petrolíferas fecharem as torneiras do combustível para o Estado assumir o «défice tarifário» que tem junto da Electra. O remédio para os males da Electra pode, no entanto, ser bem mais amargo. Passa pelo recurso a uma operação de obrigações acima dos dois milhões de contos, cobrança aos municípios das dívidas junto da empresa, além de tarifas de água e electricidade mais próximas dos custos reais.



Governo socorre Electra... até ao próximo apagão

A Bolsa de Valores aguarda a luz verde do governo para lançar uma Oferta Pública de Subscrições (OPS) como forma de a Electra não só ultrapassar a dívida que tem junto dos seus credores, como também financiar o seu programa de investimentos. Dois bancos - o BCA e a CECV, pelo menos - estão prontos para entrar na corrida. O montante da OPS não está ainda definido, mas é algo que deve ascender os dois milhões de contos.

Esta pode ser, no entender de algumas fontes, a solução que poderá, com alguma sustentação, ajudar a Electra a entrar nos carris, deixado de depender de arranjos pontuais, que mais não são do que paliativos adoptados nos momentos de crise e que volta e meia deixam o país às escuras. É o caso dos 550 mil contos que o Conselho de Ministros, na sua sessão de ontem, decidiu avançar à empresa para ajudá-la a pagar parte dos 800 mil contos que deve à Shell e à Enacol e que mais não são do que a assunção do défice tarifário que Estado deve assumir junto da Electra. Isto numa altura em que, com o preço dos combustíveis em alta no mercado internacional, esse défice só dá sinais de crescer ainda mais.

Ou seja, nada garante que o «remédio» ora encontrado pelo CM não volte a colocar-se dentro de seis meses ou um ano, sobretudo agora que as petrolíferas experimentaram a

eficácia da sua «medida de gestão» para cobrar os seus malparados. Aliás, uma pergunta andou a pairar no ar estes dias: se o problema era falta de pagamento de combustíveis por que só Praia, Ribeira Grande (Santo Antão) e Assomada ficaram sem energia? Onde é que centros como o Mindelo, Sal e S. Filipe foram buscar combustíveis? O facto de sobretudo a Praia ter sofrido na pele o «remédio», deixando de fora o segundo mais importante centro urbano do país, Mindelo, onde as duas companhias têm a sua sede, mostra o carácter instrumental deste fechar da torneira pelas duas petrolíferas.

Ademais, esta crise traz, de novo, ao de cima os problemas existentes a nível da política energética, com as consequências não só para a imagem da empresa como do próprio país. Isto numa altura em que ninguém mais, a nível da sociedade civil, está para justificações. Tanto assim que um «buzinão» encontra-se em preparação para a próxima quarta-feira, 04, contra este arrastar do mal energético.

Ontem, quinta-feira, o Conselho de Ministros ao mesmo tempo que adiantava o dinheiro disponibilizado à Electra, anunciava aprovação de um contrato com uma empresa independente de fornecimento de energia. Também ontem se voltou a falar de energias alternativas. Há dias discutia-se validade de uma central nuclear para

o país. Enfim, cenários, hipóteses, acenados sobretudo nos momentos de crise, que levam muita gente a impacientar-se e a exigir uma decisão mais efectiva e concreta.

Para um economista, há neste momento «uma procura reprimida» de energia, a que se juntam os «défices de ineficiência» da Electra. Esta não consegue, por si só, resolver os problemas com que é confrontada no dia-a-dia, entre elas as perdas e os roubos de electricidade, sem que medidas estruturantes sejam adoptadas.

«No caso da Cidade da Praia não há nenhum bairro onde a Polícia não possa entrar e pôr cobro aos roubos. A ideia com que se fica desta crise é que ninguém se preocupa verdadeiramente com o problema da energia no país. No fundo, trata-se de um problema de autoridade», sublinha.

Esta não é naturalmente a opinião do ministro da Economia, tutela do sector. José Brito refere que uma empresa brasileira de consultoria, a ADS, está neste momento a fazer o levantamento dos problemas na Electra e que a mesma já detectou alguns ganhos de produtividade com a nova administração. «Estamos confiantes que os problemas se vão resolver», conclui. Quando, e de forma definitiva e consistente, é a pergunta que fica para as contas de um outro rosário.

Electra e ARE discordam nos valores do défice tarifário

A solução de avançar à Electra 550 mil contos para que esta possa saldar parte das suas dívidas junto da Enacol e da Shell não é nova e passa pelo recurso à banca, via títulos de tesouro. Quem o afirma é a ministra das Finanças.

Cristina Fontes refere que com o dinheiro ora mobilizado pelo Tesouro, «a Electra obtém os recursos de que necessita para saldar os seus compromissos junto das petrolíferas. A operação vai permitir, também, que o Estado salde os

seus compromissos com a Electra, em prestações».

Para a ministra, o executivo quer melhorar o desempenho da Electra, e isso passa por importantes investimentos a nível dos grupos geradores. «Já encomendámos dois grupos que chegam em Março do próximo ano, o que vai permitir melhorar substancialmente o fornecimento de electricidade à Praia». Até lá, ou até que as coisas estejam devidamente resolvidas, reconhece, «vamos ter de gerir um ou outro problema».

Neste arranjo, diz Fontes, «a Electra apresenta os seus números e cabe à ARE confirmar ou não se esses números estão correctos. Apurados os valores, o governo recusa-se a acrescentar um tostão que seja à Electra».

E, ao que A Semana conseguiu saber, os valores apresentados pela Electra e os apurados pela ARE não coincidem entre si. A Electra apresentou uma factura que ascende os 800 mil contos enquanto os cálculos da agência reguladora não passam

dos 550 mil contos, o mesmo número, note-se, da verba disponibilizada ontem pelo Conselho de Ministros àquela empresa.

Identificada a «solução», o ministro da Economia, que se encontra desde ontem em S. Vicente, apresenta-se hoje à imprensa para explicar os méritos deste arranjo, numa altura em que o barril do petróleo é negociado acima dos 80 dólares. José Brito fará o seu pronunciamento depois de se reunir com os responsáveis da Electra.

NOVO CÓDIGO DE TRABALHO ESTÁ NA PRESIDÊNCIA PARA HOMOLOGAÇÃO

O Novo Código de Trabalho, que está na Presidência da República para efeito de homologação, continua a dividir os parceiros sociais. Os empregadores manifestam-se contra as soluções adoptadas para os contratos a prazo e as centrais sindicais indicam como pontos de divergência o salário mínimo nacional, o direito à greve dos polícias e guardas prisionais e a fixação de um montante determinado para o subsídio de turno. Já o Ministro do Trabalho, Família e Solidariedade, Sidónio Monteiro, diz que o novo Código tem mais de 400 artigos, trata matérias importantes e introduz muitas normas sobre assuntos que não eram legislados em Cabo Verde, pelo que “é de se saudar este grande consenso”.



Parceiros sociais divididos em pontos essenciais

Os empregadores admitem que a proposta é fruto de um profundo debate entre o governo e os parceiros sociais mas, dizem, o texto final não tem em conta a posição do patronato sobre os contratos a prazo. “Com o respeito devido, a segurança no emprego se consegue com a adequação entre a procura e a oferta, o que supõe o incremento da actividade económica e o investimento, originando-se uma busca de mão-de-obra para a produção de bens e serviços. O trabalhador terá segurança no emprego quando possa optar por uma ou outra empresa, por uma ou outra actividade, sem riscos de permanência na situação de inactivo, já que existe oferta de emprego no mercado em quantidade e variedade que responda às suas expectativas”, lê-se no documento subscrito pela classe.

É que, afirmam as duas Câmaras de Comércio a solução encontrada devia ser mais flexível, procurando ajustar a mão-de-obra às constantes oscilações do mercado. Entre outros motivos, os empregadores entendem que não é desejável a “administrativização” dos procedimentos de contratação dos trabalhadores a prazo com fundamento na criação de um novo posto de trabalho, nem é desejável que um trabalho de duração determinada, por ser uma obra ou projecto em concreto (estrada, ponte ou fornecimento de materiais), tenha a virtualidade de transformar os contratos a prazo em contrato sem prazo, porque a sua execução é por tempo superior a cinco anos.

Os empregadores também manifestam preocupação quanto aos efeitos da nova lei nos contratos a prazo já celebrados, defendendo que ela só deve aplicar-se em relação ao futuro, não tendo relevância o tempo (duração dos contratos) já decorrido, ao abrigo do Regime Jurídico Geral das

Relações de Trabalho, na redacção que lhe foi dada pela Lei 101/IV/93, de 31 Dezembro, seja para a conversão ou para a aplicação das restrições.

SALÁRIO MÍNIMO ADIADO

Também as centrais sindicais assumem que existem. Júlio Ascensão Silva, da UNTC-CS, refere que algumas propostas apresentadas pela sua central não foram aceites, como o aumento do crédito de horas nas missões de curta duração para delegados sindicais, a permissão da greve aos polícias e guardas prisionais. A UNTC-CS também viu rejeitada a proposta que previa constituir uma comissão no seio do Conselho de Concertação Social (CCS) para determinar os serviços mínimos em situação de greve.

Fixar um montante para o subsídio de turno e definir o estatuto do trabalhador-estudante são outras propostas daquela Central que também não passaram. “Em relação aos marítimos, o governo procedeu à alteração da lei sobre as suas férias e o período de descanso. A UNTC-CS discorda das alterações porque o assunto não foi discutido com os marítimos. Penso que este item devia ser negociado em simultâneo com a questão da redução do limite de idade de reforma dos marítimos, que remonta ao governo do MpD”, enumera.

Sobre este particular, Ascensão Silva explica que a lei anterior previa 10 dias de descanso por cada mês de serviço, enquanto que esta nova versão reduz esse tempo para dois dias e meio por cada mês de trabalho. Quanto ao descanso dos marítimos, esta nova versão esclarece que os períodos não gozados podem ser acumulados com as férias. “É uma alteração profunda que, a nosso ver, penaliza os marítimos, embora o ministro do Trabalho entenda que não. Já sobre a redução do limite de idade, é

bom lembrar que existe uma deliberação do CCS nesse sentido, que ainda não foi materializado. Entretanto, prossegue, existe uma enorme expectativa no seio desta classe”, assegura.

Se em relação ao salário mínimo nacional os parceiros sociais concordam com o princípio da diferenciação por sector de actividade e, por isso, aconselham o governo a avaliar o seu impacto e aplicabilidade, no âmbito da aprovação do Novo Código Laboral, postura diferente teve o executivo em relação à permissão da greve aos polícias e guardas prisionais, que não foi aceite. Julião Ascensão Silva até chegou a propor que esta questão fosse objecto de uma lei especial, mas nem isso foi aceite.

Mas mais estranho que a não-aceitação desta proposta é, na óptica da UNTC, a reacção dos empregadores. Que fazem marcha ré numa matéria que há dois anos tem vindo a ser discutida com o patronato e os empregadores sempre estiveram presentes. “É estranho que, logo após a assinatura do Memorando de Entendimento, que aconteceu na última quinta-feira, 20, a entidade empregadora venham levantar dúvidas e reservas sobre assuntos que foram consensualizados. Ela não pode continuar a ser incoerente. Que o ME seja respeitado, bem como a versão do projecto consensualizado em sede da comissão técnica. Já não há mais hipótese de discussão”, completa Silva.

Já o presidente da Confederação Cabo-Verdiana dos Sindicatos Livres (CCSL), José Manuel Vaz, reconhece que o novo texto é um projecto mais avançado do que o apresentado inicialmente, mas critica o Governo por não ter absorvido algumas propostas das organizações sindicais. A mais importante, aponta, é o salário mínimo nacional. “O Governo perdeu uma

grande oportunidade neste momento, em pleno século 21, de introduzir no Código Laboral cabo-verdiano o princípio do salário mínimo nacional”, observa.

ACCSL discorda ainda da forma como o governo introduziu no CL a nomenclatura “proibição do trabalho de menor”, em vez de “proibição do trabalho infantil”. Ainda outro ponto de insatisfação é o por não se reconhecer o direito à greve aos polícias e guardas prisionais.

MTFS SAÚDA “GRANDE SUCESSO”

O ministro do Trabalho, Família e Solidariedade, Sidónio Monteiro, encontra-se fora do país. Mas, antes de partir, deixou escapar que, tratando-se de um Código que tem mais de 400 artigos e que aborda matérias tão importantes e com muitas normas que não eram legisladas em Cabo Verde, “é de se saudar este grande consenso”.

Para o governante, todos os pontos relevantes foram absorvidos, exceptuando o caso do salário mínimo, que é um princípio constitucional, mas o Governo não quer dar o passo sem ter os estudos necessários em mãos. “O governo comprometeu-se, no entanto, com os parceiros sociais, em fixar o salário mínimo em Cabo Verde, assim que concluir os estudos e tiver os dados que lhe permitam dar esse passo”, declarou à Infopress.

Em relação ao subsídio de turno, Monteiro defende que, devido às características do país em que tem de se encontrar com o facto das importantes mudanças em curso não se deve fixar o montante, de modo a permitir que no contrato de trabalho se encontre o valor que as partes acordarem. Já sobre o direito à greve dos polícias e guardas prisionais, o governo entende que não se deve alterar a lei.

Constância de Pina

REESTRUTURAÇÃO DAS FA

Cabo Verde vai ter Guarda Nacional e Escola Militar. O surgimento destas duas entidades, segundo o chefe de Estado-Maior das Forças Armadas, coronel Antero Matos, decorre da reforma em curso no sector militar. O governo já está, inclusive, a trabalhar nas nomeações dos oficiais superiores para os cargos de comando, que devem ficar concluídas durante o mês de Outubro, o mais tardar.



Guarda Nacional e Escola Militar a caminho

Em termos de novidades, o coronel Antero Matos destaca a criação da Guarda Nacional, uma estrutura que compreende o corpo da Polícia Militar, o corpo de Fuzileiros Navais, o corpo da Artilharia e as Unidades de Apoio. Ou seja, a nova estrutura passa, segundo o CEMFA, a integrar as Forças e Meios Navais, as Forças e Meios Aéreos e as Forças e Meios em Terra.

Estas mudanças decorrem da implementação do decreto-lei nº 30/2007, que estabelece uma nova organização e quadro das FA em Cabo Verde, um assunto em pauta desde os anos 90 e que conheceu algum avanço com a lei nº 89/2006, que estabelece o regime geral das FA no país. Ainda a nível da GC, a lei prevê a criação de uma esquadilha naval e de uma outra aérea com comandos autónomos, deixando a unidade de fuzileiros navais de nela estar integrada.

Relativamente à organização em si das FA, Antero Matos realça que a nova legislação separa as actividades executivas e de direcção das do Estado-Maior. “Assim, para responder às obrigações funcionais desenvolvidas pelo EMFA ainda em actividade, a nova lei não só mantém o Estado-Maior, agora com outras funções, como também cria dois comandos funcionais – um para a área do pessoal e o outro para a área logística –, passando a organização das FA a compreender, entre outros órgãos, o Estado-Maior das FA e os órgãos

centrais de comando, sendo estes o Comando do Pessoal e o Comando da Logística”.

Para o entrevistado de **A Semana**, nisso teve que se proceder a uma redistribuição por aqueles “dois comandos dos diferentes serviços pertencentes aos departamentos do EMFA (operações, pessoal e justiça) que deixaram de existir e criaram-se novos serviços, como, por exemplo, o de Acção Cívica”.

Matos acrescenta que o Estado-Maior surgido desta reestruturação das FA “é um órgão com novas valências”, viradas essencialmente para “o planeamento, estudo e concepção, integrando o Comando Operacional das Forças Armadas”. Esta é uma estrutura nova que permite o emprego operacional do CEMFA e dos serviços de segurança, quando, nos termos da lei, estas forem colocadas na sua dependência.

Ainda integrada no EMFA aparece a Direcção das Informações Militares, um órgão que esteve inactivo durante os últimos 16 anos. O DIM, como abreviadamente se designa, deverá integrar os Serviços de Informação da República, que estão ainda por ser instalados.

ACADEMIA MILITAR

A nova lei da organização das FA criou também a Escola Militar, que compreenderá o Centro de Instrução Militar Zeca Santos, em Morro Branco, S.Vicente.

“Além da formação dos quadros permanentes, a Escola Militar será uma espécie de academia e terá como missão principal promover estudos nos campos doutrinários e das técnicas e ciências militares”, refere Antero Matos.

Já a nível dos comandos das regiões militares, o diploma em apreço reforçou aquelas estruturas com mais dois comandantes-adjuntos e estabeleceu condições para a reestruturação interna das unidades territoriais. Em termos de quadros de pessoal, a mesma lei criou o novo posto de cabo-de-secção na classe de praças e aumentou o número de lugares nos postos cimeiros das classes de sargentos e de oficiais.

“Esta reestruturação das FA será o rosto visível da tão falada Reforma do Estado que se vem implementando em Cabo Verde. Vai adequar as Forças Armadas ao papel, às missões e às tarefas que lhes são reservadas na presente conjuntura”, salienta o CEMFA.

O responsável máximo da instituição castrense avança que, na sequência das mudanças registadas, o Ministério da Defesa, em parceria com o Estado-Maior, está já a trabalhar nas nomeações dos oficiais superiores, com postos entre coronéis e tenentes-coronéis, para os cargos de comandos que estão na dependência directa do CEMFA. São os casos dos comandos da Guarda Nacional, do Pessoal e Logística, da Guarda Costeira e das Regiões Militares. Nestas duas últimas estruturas

poderão, conclui Antero Matos, acontecer nomeações caso forem necessárias.

CUSTOS

Diante de todas estas novidades, uma pergunta se impõe: há meios financeiros para pôr em prática quer a Guarda Nacional quer a Escola Militar? O coronel Antero Matos responde que, para este ano, a nível do pessoal, vai-se avançar com “as verbas previstas pelo OGE”, prosseguindo com o resto nos próximos orçamentos. “Naturalmente que todas estas mudanças implicam muito dinheiro e para alguns equipamentos, nomeadamente barcos e aviões, contamos com a cooperação internacional”, diz. É neste âmbito, acrescenta, que já se encontra em São Vicente mais uma unidade marítima, tipo Vigilante, oferta dos EUA.

Além dos EUA, Antero Matos adianta que outros países amigos já se disponibilizaram a ajudar Cabo Verde no apetrechamento da Guarda Nacional, salientando que esses novos meios destinam-se, fundamentalmente, a controlar a zona económica exclusiva do arquipélago. “A nível da esquadilha aérea trata-se de um ramo não combatente. Só muito excepcionalmente essas acções poderão ter um cariz militar, no sentido bélico. Tirando isso, são meios que se destinam fundamentalmente para tarefas civis”, conclui.

ADP/JVL

Victor Fidalgo recusa Tarrafal

O economista Victor Fidalgo, presidente da Cabo Verde Investimentos, recusou candidatar-se à Câmara Municipal do Tarrafal de Santiago, soube **A Semana** junto do próprio. Fidalgo, que se encontra num “non stop” até finais de Dezembro, considerou a possibilidade de se lançar à conquista daquela autarquia do interior da ilha de Santiago pouco ou nada atraente frente aos projectos que tem em mira neste momento.

De acordo com os dados levantados por **A Semana**, a proposta para Victor Fidalgo se candidatar a presidente da Câmara Municipal do Tarrafal partiu de “um grupo de amigos” a mesma contaria, caso o mesmo concordasse, com o apoio do PAICV. Este partido terá sondado aquele economista, que chegou a pertencer às fileiras do MpD e depois do PRD, através de um importante dirigente, cujo nome não nos foi possível apurar.

Natural do Tarrafal de Santiago, tendo sido também embaixador em Bona e Luanda nos anos 90, Victor Fidalgo confidenciou a este jornal que neste momento está mais motivado com o trabalho que vem realizando à frente da Cabo Verde Investimentos. Um trabalho que considera “muito mais estimulante” do que qualquer aventura política.

Com um mandato de três anos, VF encontra-se à frente da CI desde 2005, quando substituiu um outro economista, Paulo Monteiro Jr., através de concurso, elevando desde então, e de forma substancial, a carteira de investimentos externos no país. “Neste momento, não é minha prioridade alinhar com qualquer projecto político”, afirmou.

Entre as suas “prioridades”, VF aponta a intenção de prosseguir com o seu trabalho a nível da CI, apresentando uma agenda cheia que o manterá em viagens até finais de Outubro, pelo menos.

Assim, na próxima semana, nos dias 28 e 29, participa numa feira em Birmingham, Inglaterra, onde, acredita, estarão sobre a mesa novos e importantes projectos para Cabo Verde, especialmente para as ilhas de Santiago, Santo Antão e S. Nicolau, nos domínios do turismo e da imobiliária. Fora isso, na mesma ocasião, o presidente da CI e um representante da TACV participam na inauguração da linha aérea Cabo Verde

– Inglaterra que terá dois voos semanais: Londres-Praia (às segundas) e Londres-Sal (às quintas).

De volta ao país, mais concretamente de 5 a 8 de Outubro, o presidente da CI desloca-se a Santo Antão para, desta feita, responder a um convite de Orlando Delgado (Ribeira Grande) e Amadeu Cruz (Porto Novo) e tratar com esses autarcas a criação de algumas ZDTI's naquela ilha. Objectivo: colocar Santo Antão “no mapa mundial do turismo”, diz o entrevistado de **A Semana**.

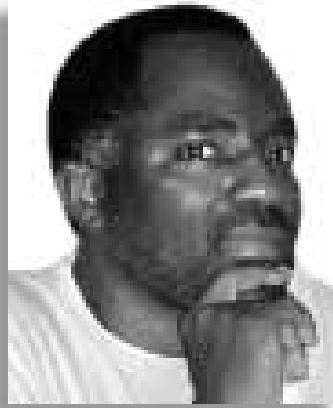
Posto isto, o chefe da CI parte de novo para o estrangeiro na segunda quinzena de Outubro, tendo desta feita como destino Macau. Aqui participa, de 16 a 21 desse mês, na cimeira anual China-África, um espaço financeiro e empresarial que vem ganhando projecção dado o peso que Pequim pretende ocupar no continente africano.

Mas é no salão mundial da imobiliária turística, a acontecer de 24 a 28 de Outubro, em Lisboa, que Victor Fidalgo parece apostar fortemente nesta série de deslocações ao estrangeiro, que, na sua opinião, espelha o dinamismo que a CI se encontra actualmente. “Do ponto de vista institucional, pela primeira vez, Cabo Verde vai estar presente nesse salão com um grupo importante de empresas, bancos e advogados, através de um stand próprio. Ali vou intervir no dia 25 de Outubro, num seminário, com o tema ‘Criar destinos de turismo residencial’. No dia 26, ainda em Portugal, participo noutro seminário, este alusivo ao tema ‘Como investir em Cabo Verde’”.

Por tudo isso, Victor Fidalgo afirma-se tranquilo e seguro no lugar que ocupa na CI, ao mesmo tempo que deixa transparecer o seu entusiasmo quando o assunto é investimentos externos em Cabo Verde. Afinal, conforme gosta de salientar, nunca o país foi tão procurado em todos estes anos de captação de investimentos externos, sendo que só para 2007 a CI estabeleceu como meta uma aprovação de 714 milhões de dólares de projectos. “Mas vamos ultrapassar isso de longe. É provável que venhamos a chegar aos mil milhões de dólares; em termos de realização efectiva a nossa meta é atingir os 170 milhões de dólares”. Sorrindo, Victor Fidalgo remata: “Até Dezembro tenho agenda cheia”.



DAR SANGUE



JOSÉ MARIA VARELA

“
Hoje, como os tempos mudaram e, fruto de mais sensibilização e esclarecimento, o nobre acto de doar sangue deve tornar-se uma rotina para todos aqueles que têm saúde e idade para o fazer.
 ”

Em jeito de retrospectiva, Agosto é um mês por excelência para desconstracção, férias e alguns excessos. E acidentes também. Pior, se há muito mais gente a precisar de sangue, há muito menos com disponibilidade para dar. Por coincidência, no último dia do mês passado, a TCV noticiava a escassez de um determinado tipo de sangue no Hospital da Praia. É uma situação que preocupa porque, de certa forma, reveladora de alguma distracção da população a que ainda falta o saudável hábito de doar sangue. Para salvar a vida de quem recebe e proporcionar melhor saúde e bem-estar para quem dá. É verdade, diz-se que doações de sangue frequentes ajudam a manter o sistema circulatório saudável porque assim se reduz, por exemplo, os depósitos de ferro cujo excesso

pode ser tóxico para o organismo. Eu acredito que faz bem tanto ao corpo como à alma!

Quem não precisou de ouvir o apelo do Banco de Sangue na televisão é o pessoal da direcção da Aldeia Infantil SOS de São Domingos. Tenho o hábito de doar sangue com alguma regularidade e, na minha última ida ao Hospital Agostinho Neto, com Agosto à porta, encontrei-me com essa simpática equipa. Se já nutria um sentimento de carinho e admiração pelas pessoas que trabalham no projecto Aldeias SOS, a partir daí, ganharam ainda mais pontos comigo. No seu labor diário, esmeram-se para que muitas crianças possam desfrutar de amor, uma casa e uma família que substituam o lar e o afago dos seus pais. Agora acrescentaram ao seu activo mais um acto de generosidade, que é a doação de sangue, sem alardo ou requisição da imprensa para assistir. Parabéns, e que o exemplo seja seguido por outras instituições do país.

Quanto maior for o leque de pessoas dispostas a doar o seu sangue, tanto melhor. Principalmente porque os métodos de persuasão mudam com o tempo e hoje seria muito difícil garantir a mesma eficácia de há algumas décadas atrás. Como é a estória ocorrida nos anos sessenta na ainda pacata vila de Assomada. Um jovem fora baleado no pescoço, ao que parece, por engano. Seguem-se horas de muita angústia e para salvar essa vida tornava-se necessário extrair o projectil e efectuar uma transfusão de sangue. São então contactados alguns potenciais dadores, pelo facto de residirem a poucos passos do Hospital e o grupo sanguíneo deles ser conhecido e compatível com o da vítima.

Todos eles abastados comerciantes da vila, declinam, sucessivamente, o “convite” do Hospital para irem dar sangue, e justificam. Um porque o seu trabalho é muito cansado e

poderá cair doente; outro porque passa o dia inteiro “saquedo” atrás do balcão e esse sangue vai-lhe fazer falta; outro ainda porque tem que se erguer muito cedo para ir à feira dos Órgãos, etc. Conclusão, para se encontrar um voluntário, é preciso mudar de classe social. Esse será João Semedo, de Gil Bispo. O acaso facilitará o trabalho do pessoal do Hospital: nessa tarde, ele está mesmo nos arredores da vila, ali pelos lados de Purgueira a amarrar uns feixes de palha para levar para os seus animais.

Assim que é avistado, a ordem é instantânea, inequívoca e peremptória: “Cambá na carro!” O pobre camponês, entre confuso e desconfiado, entra no jeep. Década de sessenta, período de todos os temores, pouco recomendável para se esboçar atitudes susceptíveis de serem interpretadas como desobediência à autoridade colonial. Com a sua roupa de trabalho, contrariado, é durante o curto trajecto até ao Hospital que fica a saber o que se estava a passar e a razão do seu súbito protagonismo. Tiram-lhe o sangue e em troca prometem-lhe uma gratificação de quinhentos mil réis.

Nho Joãozinho, como é conhecido, lamenta nunca ter recebido essa importância. Hoje, com juros e correcção monetária, esse valor seria uma pequena fortuna. Certo é que sobram algumas questões, para meditação. Primeiro, pode Nho Joãozinho considerar-se um dador voluntário, tendo em conta a forma de persuasão utilizada para se atingir o objectivo? Se tivesse efectivamente recebido os tais quinhentos escudos, isso não seria considerado como sendo venda de sangue? Hoje, como os tempos mudaram e, fruto de mais sensibilização e esclarecimento, o nobre acto de doar sangue deve tornar-se uma rotina para todos aqueles que têm saúde e idade para o fazer.



AVISO

LANÇAMENTO OFICIAL VERSÃO 7 PRIMAVERA

A MICROMAT – INFORMÁTICA E SERVIÇOS DE GESTÃO, informa aos seus estimados clientes e o público em geral que, desde 1999, é a única empresa com capital 100% nacional e técnicos cabo-verdianos credenciados para instalar e implementar soluções da Primavera Software.

A Primavera Software é uma marca registada propriedade da Primavera BSS com sede em Braga, Portugal. Se esta marca é líder no mercado Cabo-verdiano de software de gestão, este facto deve-se à aposta séria que a Primavera BSS e a Micromat fizeram na adaptação ao mercado e à legislação nacionais.

Informamos ainda que, desde Maio de 2007, a Versão 7 vem sendo instalada e implementada no mercado nacional mas, só oportunamente, será lançada oficialmente.

A Gerência

QUO VADIS, JUSTIÇA

Eu tinha decidido silenciar-me sobre muita coisa e, muito em especial, sobre as questões da Justiça, por estar já convencido de que hoje em dia não vale a pena ter opinião política fora do quadro dos consensos partidários.

A algazarra, a crítica ruidosa e emotiva, o dizer que as coisas vão mal ou nem tanto, sem nada evidente a demonstrá-lo e sem fundamento objectivo para tais palavras soltas, isso sim, isso - que não passa disso! - é tolerado a todos e até incentivado como demonstração da liberdade de expressão reinante.

Os partidos são os únicos actores políticos reais em Cabo Verde. As opiniões dos cidadãos devem ajustar-se, em última instância, aos desígnios de um ou outro dos dois grandes. Se elas, sendo divergentes e críticas, forem expressas com fundamento e seriedade, de maneira clara, convincente e combativa, serão por certo fulminadas pela grande arma para esses casos: o Silêncio de ambos os lados.

E se tais opiniões forem contra os consensos nacionais, tácita ou explicitamente estabelecidos entre os grandes, então tornam-se coisa esquisita, sem sentido, serão consideradas autênticas impertinências e urgirá agora ir um pouco para além do Silêncio: convirá estigmatizar, como "confusento", aquele que dessa forma perturba a paz alcançada.

Pode-se muito bem falar entre nós de ditadura dos consensos partidários. O consenso, desde que seja entre os dois grandes, desde que corresponda a um interesse político de ambos (definido pelas respectivas cúpulas), é válido e eficaz e festejado como grande acontecimento nacional, mesmo que seja contra a lei ou direitos adquiridos, em prejuízo de toda a comunidade, contrário à opinião de toda a "massa crítica" do país.

É também evidente que o consenso interessa mais a quem tenha a responsabilidade de governar o país. Assim seria sempre pela lógica das coisas só por si, pois ao partido da oposição é útil todo o posicionamento crítico contra o statu quo, não sendo exigível nenhuma aderência a qualquer política específica. Mas assim é também por circunstâncias especiais da história política do Cabo Verde pós-independência, cuja análise não cabe neste artigo.

A tal "massa crítica", se próxima do partido do poder, é por este olhada com suspeita, quando não discriminada mesmo em relação aos seus homólogos "do outro lado". Mormente se ela ousa pôr em causa os consensos.

Perscrute-se, por exemplo, pelos posicionamentos públicos, qual é o sentimento geral em relação às reformas penais introduzidas no país, em consenso de bancadas. No máximo, ter-se-á uma percepção de alguma insatisfação, de que elas não terão sido totalmente felizes, por isso a necessidade de intervenções correctivas aqui e ali.

Contacte-se depois, a nível individual, um por um os Advogados e magistrados do país, os policiais diversos, aqueles que lidam no dia-a-dia com essas reformas. Ficar-se-á ciente de um generalizado repúdio de tais leis. O intrigante é a razão desse Silêncio triste.

Talvez em breve o público compreenda algo dessa razão.

Mas a discrepância revelar-se-á maior ainda quando se abordar a questão da conveniência do Tribunal Constitucional - uma exigência da Constituição da República introduzida em 1999.

Na verdade, ressalvados casos excepcionais como o do constitucionalista Doutor Wladimir Brito que, fora do contexto de disputas políticas e em postura académica, considerou não ser prioritário um Tribunal Constitucional, sequer transpira para a comunicação social qualquer outro "fumo" nesse sentido, contrário ao consenso partidário.

Converse-se, contudo, em particular com juristas e magistrados para se aperceber de quantos apresentam fortes argumentos contra a instalação de um Tribunal Constitucional, evidenciando que ela, sendo embora uma exigência de realização da Constituição, funcionaria contra a justiça no momento presente (pessoalmente exporei, em outro artigo, as razões que tenho ouvido e o que defendo nessa matéria).

Pense-se no que se tem passado com a Justiça em geral (tribunais e Ministério Público), em crise progressiva e acelerada, reconhecida por toda a "classe jurídica" - Advogados em especial, como principais vítimas profissionais da situação - e medite-se na forma branda e compreensiva como ambos os partidos políticos têm falado dela. Procure-se indagar depois as razões profundas desse consenso e chegar-se-á a conclusões surpreendentes.

No discurso na Assembleia Nacional por alturas do 32.º aniversário da Independência, o líder da bancada do PAICV, Rui Semedo, disse que já são vozes a mais, dentro e fora da Justiça, a comprovar a gravidade da crise, pelo que urge que o poder público se preocupe e aja. Parece uma frase isolada e nada mais, mas a verdade transborda sempre.

A situação não apresenta quaisquer perspectivas de melhoria. Os juízes e procuradores podem fazer o que bem entenderem, aplicar a lei e fazer justiça apenas se quiserem (e há muitos que querem), pois os Conselhos Superiores da Magistratura não têm meios nenhuns, nem adequação, nem talvez vontade de fazer algo, afinal todos são colegas de uma profissão difícil a resistir contra um mundo exterior suspeito de hostilidade.

Medite-se também na Ordem dos Advogados e em tudo o que de surrealista se tem passado desde 2001, com uma parte sempre a ter a razão e o direito de seu lado (reconhecida em sindicância e no único acórdão havido sobre o assunto) e a outra sempre a ter o poder de facto (não de direito), destruindo aquela, tudo fazendo para a anular e silenciar, com apoio no e do próprio Estado - ministério da Justiça à cabeça.

Mesmo alguns juristas, militantes ou próximos do partido da oposição, priorizando a legalidade e a correcção de actuações (de se tirar o chapéu neste pormenor ao Dr. António Pascoal Santos), expressaram a sua revolta contra tal situação de abusos, ilegalidades e prepotências. Mas as duas Direcções auto-proclamadas continuaram igno-

rando tudo e todos, e a lei em especial, apoiadas como estavam.

A Direcção da OACV suspende alguns advogados e certos juízes cumpram essa ordem, outros não lhe ligam nenhuma. No grupo destes últimos, estão os do STJ. Só que Arnaldo Silva, que se considera Bastonário e como tal é considerado pelo CSMJ, Governo, PR, PG, Presidente da AN e todo o poder político, apesar de nunca ter sido empossado diz - e com razão - que se há crime em esses advogados exercerem contra suas determinações, os juízes que colaboram (e entre eles estão os do STJ!) são cúmplices.

Ou seja, o Advogado é e não é Advogado ao mesmo tempo, em dois processos diferentes, conforme subjectividade do juiz em cada momento; e os direitos dos utentes da Justiça (os cidadãos e pessoas colectivas deste país) estão sujeitos a esse capricho e essa incerteza nos tribunais. Mas o MP não acciona processo crime nenhum por exercício ilegal de profissão. Ou porque se o fizesse "apanharia na leva" seus próprios colegas, mesmo de topo, ou porque não leva em grande conta a Direcção da OACV.

Recentemente Amadeu Oliveira, suspenso pelo juiz da Comarca do Sal, dirigiu-lhe um requerimento, com diversas razões jurídicas.

O juiz, em despacho de 2 de Setembro, manteve as suas posições, mas revogou o seu despacho (isso é normal e honesto e até sinal de tranquilidade e isenção, ao contrário do que muitos pensam) por uma razão simples: comprovou que existem dois recursos pendentes no STJ contra a presumida vitória de Arnaldo Silva, introduzidos pela "Lista V", liderada pelo Dr. Vieira Lopes, sem saber que efeitos foram atribuídos a esses recursos.

Ao fim e ao cabo, o magistrado não reconhece, por enquanto, a Direcção da OACV. E tem razão. Imagine-se que o recurso interposto contra a eleição do Presidente da República ainda não tivesse decisão e nesse meio-tempo o recorrido estivesse a exercer, sem tomar posse e compreender-se-á a gravidade da situação.

Porém, se se pensar que o mandato em curso dos órgãos da OACV já vai a meio, pode-se até admitir que já agora mais vale o STJ não decidir nada, ou indeferir o recurso.

O juiz do Sal termina o seu despacho com palavras que queimariam como brasa quem em 2004 não cumpriu o seu dever quando podia agir e preferiu a bizarra "reconciliação" que consagrou este estado de coisas. Diz o magistrado: "Para finalizar, realce-se que o Governo tem mecanismos legais à sua disposição para pôr cobro ao atropelamento grave e reiterado da lei e dos estatutos, por parte dos órgãos da OACV, como assevera o requerente".

Não há expressão elegante para essa situação deprimente!

Pensamos que hoje a saída só poderá advir, aliás de modo fácil, da via legislativa. O Governo tem, de há muito, em mãos um curto e excelente texto do Dr. Vieira Lopes. Porém (refém de quê?) nada faz.

Quo vadis, Justiça?!



RUI ARAÚJO

“
Pensamos que hoje a saída só poderá advir, aliás de modo fácil, da via legislativa. O Governo tem, de há muito, em mãos um curto e excelente texto do Dr. Vieira Lopes. Porém (refém de quê?) nada faz.

Quo vadis, Justiça?!

”

Praia do Armazém, em Porto Novo, contaminada

Uma análise realizada à água da praia do Armazém, no passado mês de Março, veio a comprovar que a praia está contaminada. Segundo o Delegado de Saúde do Concelho de Porto Novo, Emiliano Moreira, este problema vem-se arrastando há vários anos. “A praia tem vindo a receber descargas de esgotos há muito tempo. As análises vieram confirmar as suspeitas de contaminação por agentes biológicos, potencialmente patogénicos”. Por se tratar de um problema de saúde pública, a praia foi interdita. “Assim que tivemos confirmação da contaminação, contactámos a Câmara Municipal e o Delegado Marítimo no sentido de interditar a praia aos banhistas bem como às pessoas que têm por hábito fazer o tratamento do pescado nessa área”.

Apesar de ter a bandeira vermelha hasteada, a praia continua a ser frequentada por banhistas que se mostram despreocupados em relação ao problema. Alguns que se encontravam na praia afirmaram ter conhecimento da contaminação. “Eu ouvi alguns comentários de que a contaminação é causada pelo esgoto que dá para a praia e vi a bandeira vermelha. Mas os esgotos são descarregados na praia há muito tempo e nunca ouvi falar de doenças infecciosas”, afirma uma adolescente.

Emiliano Moreira alerta a população para os perigos que a praia representa. “As pessoas não têm noção do perigo que correm. Já estamos a receber, nas urgências, casos de infeções, nomeadamente otite e dermatite, provocadas pela contaminação da água da praia do Armazém”.

Por sua vez, o Delegado Marítimo, António dos Reis, assegurou que os avisos foram feitos mas há pessoas que não se preocupam com o problema. Questionado sobre a possibilidade de destacar um agente para vigiar a praia, António dos Reis foi peremptório: “Nós não temos meios. O que é preciso fazer é mudar a mentalidade das pessoas e criar, o mais urgente possível, um etar municipal”.

Contactado pelo **A Semana**, o vereador de saneamento da Câmara, Eng. Manuel Baptista, diz ter conhecimento da situação mas é um problema que não é da competência da Câmara. “Vamos tentar minimizar o problema, fazendo a bombagem do esgoto, ainda no decorrer deste mês. Mas o problema só será resolvido com a implementação do plano sanitário, que é da responsabilidade do governo”.

Enquanto não há um plano sanitário para a mais nova cidade de Cabo Verde, cabe a cada município ter uma atitude responsável, salvaguardando não só a sua saúde como a de todos os municípios.

RLM



Paradise Beach viola orla marítima

A praia da ilha do Sal onde mais tartarugas desovaram neste Verão foi “invadida” por uma vedação provisória, que circunda os trabalhos de construção do Resort Paradise Beach. A cerca, que abrange uma grande extensão da baía do Algodoeiro, está ilegal, não só por se situar a menos de 20 metros da linha de água, sem que para isso tenha sido concedida a devida autorização pelo Instituto Marítimo Portuário (IMP) ou pela Capitania dos Portos do Barlavento, mas também por violar a lei ambiental, já que põe em risco as tartarugas, uma espécie protegida e em risco de extinção, que ali vêm desovar e que, subindo a praia, esbarram na cerca. Um dos proprietários da obra, Jorge Spencer Lima, diz que tem autorização da Câmara Municipal, enquanto o IMP e a Direcção-Geral do Ambiente garantem que não há qualquer permissão e que a vedação terá que ser removida até aos 80 metros da linha de costa.

Desde que arrancou a obra de construção do Resort Paradise Beach, propriedade da Sogei e de mais quatro investidores irlandeses, a praia do Algodoeiro está um pouco mais “curta”. A vedação que circunda o espaço destinado à construção deste empreendimento foi colocada a cerca de 20 metros do mar e não a 80, como está definido na Avaliação de Impacto Ambiental do projecto. O que é que isto significa? Em primeiro lugar, que se está a violar a orla marítima, uma área que “é do domínio público do Estado” e que “deve merecer atenção e protecção especiais”, como define a Constituição da República, no artigo 90º, nº8. Em segundo lugar, que se está a condicionar um espaço natural e uma espécie protegida: as tartarugas. Por mais do

que uma vez, os biólogos que fazem a vigia da desova no Algodoeiro encontraram tartarugas desorientadas, caminhando na direcção das cercas, e da iluminação da obra, pensando que se tratava do mar, e viram ainda algumas fêmeas desta espécie desovar junto à vedação – o fim da linha naquela praia.

Apesar do Paradise Beach, que está incluído numa Zona de Desenvolvimento Turístico Integrado (ZDTI) e ocupa 29 hectares, ter as devidas licenças de construção, o estudo de impacto ambiental, aprovado pela DGA, define que o resort esteja a 80 metros da costa, e isso incluiu o espaço que delimita provisoriamente os trabalhos de construção. “O estudo de impacto ambiental diz que a obra deve localizar-se a 80 metros da costa, e isto inclui a vedação provisória que cerca a construção. A autoridade marítima teria que permitir que a cerca estivesse a 20 metros da costa, o que não foi autorizado. Como tal, o IMP deve actuar de imediato, exigindo a retirada da vedação até aos 80 metros da costa”, explica a directora-geral do Ambiente, Ivone Lopes.

Ora, a Sogei, segundo afirma Jorge Spencer Lima, tem uma autorização da Câmara Municipal do Sal para ali colocar a vedação. Mas essa autorização, caso exista (contactado pelo **A Semana** o vereador do Ambiente da autarquia afirmou que prefere reagir depois de publicada a notícia), não tem qualquer validade. De acordo com a lei nº44/VI/2004, de 12 de Julho, que define e estabelece o regime dos bens de domínio marítimo do Estado, “a execução de quaisquer obras dentro do domínio público marítimo ou a uma distância não superior a trinta metros de uma zona dominial está sujeita a licença das autoridades marítimas

competentes” (capítulo IX, artigo 54º, alínea 1). Ou seja, “quem manda” na orla marítima é o IMP ou a Capitania dos Portos, seja para se colocar cercas ou construir casas.

Alertado pela DGA, o delegado da Capitania dos Portos de Barlavento na ilha do Sal foi ao Algodoeiro, há mais de três meses, acompanhado por um agente da Polícia Marítima, para solicitar o recuo da vedação. “Falei com o engenheiro responsável da obra que me garantiu que iam resolver esta situação”, conta o delegado Armindo Graça. Mas, na semana passada, ao regressar ao local de construção do resort (onde **A Semana** também esteve) deparou-se com o mesmo cenário de há meses atrás.

MULTA PODE IR ATÉ AOS CINCO MIL CONTOS

Nos próximos dias, assegura, vai “voltar ao local, novamente com um agente da PM, e se não houver alteração” irá comunicar ao IMP. Para além da vedação, o delegado detectou problemas com a iluminação do estaleiro da obra, que afecta a desova das tartarugas, e a existência de um grande buraco perto da praia, que ainda não conseguiu confirmar se “é da responsabilidade da empreitada do Paradise Beach”.

O IMP poderá, avaliando o caso, agir em função de várias leis, punindo a “ocupação abusiva não autorizada da orla”. Na alínea 3, da lei nº44/VI/2004 estipula-se que “em caso de ocupação abusiva ou de execução de obras não autorizadas em zonas dominiais ou em desacordo com as condições prescritas, a autoridade marítima competente notificará o

FRÁGEIS, LENTAS E À MERCÊ DE TODOS

“Cabo Verde ainda é um dos poucos locais no mundo onde se pode ver o fenómeno natural de desova da tartaruga. Mas até quando?”, questiona Euclides Gonçalves, técnico do Plano Ambiental Municipal da Câmara do Sal, entidade que financia parte do Fundo de protecção das Tartarugas na ilha mais turística de Cabo Verde. “A Semana” foi à praia do Algodoeiro espreitar a desova das tartarugas e acompanhar os técnicos e biólogos que todas as noites, desde o dia 26 de Julho e até 30 de Setembro, têm monitorizado a reprodução desta espécie marinha.

Em menos de dez minutos, quando já passavam das 21 horas, encontramos uma tartaruga depositando os seus ovos (ver fotos). A equipa do Fundo das Tartarugas - composta por Euclides, Zelinda Évora, bióloga estagiária do Projecto de Conservação Marinha e Costeira (execução da WWF e financiamento do Governo da Holanda), Ney e João, guardas ambientais - de imediato, pôs mãos à obra. Sentados à volta do animal, a bióloga Zelinda e um dos guardas apontavam os dados biométricos da fêmea que Euclides ia ditando, de régua em punho. Aparentemente impávida e serena (mas, garantia Zelinda, “na realidade, nervosa e com medo”), a tartaruga ia expulsando, num buraco que ela própria cavou com as nadadeiras anteriores, cerca de 80 a 100 ovos, muito parecidos com bolas de pingue-pongue. Enquanto isso, Euclides e os guardas ambientais colocavam numa das suas patas dianteiras uma anilha e injectavam-lhe um chip de identificação. “Ela tem que sofrer um bocado mas é para o seu bem”, explica o técnico da Câmara, durante esta operação.

Normalmente as tartarugas vêm desovar na mesma praia onde nasceram. Depois da primeira desova, regressam de 15 em 15 dias, realizando cerca de seis posturas por ano. Terminado o desovamento, a “nossa” tartaruga tapou o buraco, usando as quatro nadadeiras, que alisam a areia da mesma forma que um pára-brisas se arrasta no vidro. Depois mexeu o corpo de forma a dissipar, na areia, os sinais que revelam a existência do ninho e caminhou vagarosamente para o mar - lenta, frágil e à mercê de todo o tipo de predadores, principalmente do homem, que continua a apreciar a sua carne saborosa e os cífroses que lhe garantem algum sustento (uma tartaruga viva em Cabo Verde pode custar 20 contos). Não é raro esta equipa do Fundo das Tartarugas encontrar “pessoas sentadas na praia a altas horas da madrugada que não estão ali só para olhar para o mar”, conta a bióloga do PCMC. Como a equipa deixa a praia às duas da manhã e só volta às cinco, há um espaço de três horas em que muita coisa pode acontecer. “Ao nascer do dia contamos os rastros das tartarugas e os ninhos, e, por vezes, encontramos apenas o rasto da subida e já não da descida, o que significa que a tartaruga foi capturada”, explica Zelinda. No domingo passado, dia 23, ao chegar à praia, às 05 horas, “e porque houve um problema de comunicação que impediu os militares de se deslocarem ao local”, - lembra Euclides - os biólogos acabaram por encontrar uma carapaça.

MOTOX4 DESTROEM NINHOS

Os ovos da tartaruga que encontramos com a equipa do Fundo na noite de 12 de Setembro deverão eclodir num espaço de 45 a 60 dias. Isto se tudo correr normalmente, mas “com a falta de fiscalização que há”, acusa Euclides, e apesar dos cinco polícias militares que patrulham a praia, no Algodoeiro as probabilidades do ninho ser destruído são grandes. Por ali, passam quase todos os dias e noites turistas e não só, a alta velocidade, nas suas motox4. As tartarugas, como “A Semana” pôde comprovar, estão a depositar os ovos exactamente em cima do rasto desses veículos.

Esta situação é do conhecimento da Direcção-Geral do Ambiente que quer reunir com as Câmaras e com entidades do sector do turismo e do ambiente para decidir quem tem a competência para impedir ou permitir a circulação das motox4 nas praias. Mas até algo ser feito, muitas tartarugas poderão perder a vida e os ninhos serão destruídos. “Há algum tempo li uma entrevista da ministra do Ambiente que dizia que a falta de fiscalização era o calcanhar de Aquiles do seu Ministério. Pois eu digo que não é só o calcanhar-de-Aquiles, mas o Aquiles todo”, exclama Euclides Gonçalves. Na sua opinião, “as instituições que têm a vocação de fiscalizar as praias não estão a funcionar” e “Cabo Verde não está a cumprir vários acordos internacionais que ratificou”, como a Convenção Internacional sobre o Comércio de Espécies em Perigo.

No entanto, Zelinda e Euclides afirmam que a caça tem diminuído e a vigia das praias, ainda que insuficiente, começa a produzir alguns resultados. “Temos um número cada vez mais reduzido de carapaças em todas as praias, muito menos do que havia antes do programa arrancar a 26 de Julho”, nota o técnico da CMS. Zelinda considera que “a patrulha está a ser feita e que não podia ser melhor”, frisando que também no capítulo da sensibilização das populações o Fundo tem notado resultados positivos.

RVS



Cabo Verde Media

ch ítima

Por: **RITA VAZ DA SILVA**

interessado para desocupar o bem domínial ou devolvê-lo ao seu estado anterior ou demolir as obras realizadas, dentro de determinado prazo”. Já a alínea 4 diz que “no caso de incumprimento, a autoridade marítima procederá à desocupação ou demolição das obras, ficando os custos a cargo do interessado, não lhe sendo devida qualquer indemnização”.

Mas nesta situação, em que está em causa a sobrevivência de uma espécie protegida, aplica-se também o decreto-Legislativo nº14/97, de 1 de Julho, que desenvolve as Bases da Política do Ambiente. Esse decreto define, no artigo 94º, que a “o indivíduo que, por qualquer forma, destruir, danificar, eliminar ou colocar em perigo os espaços naturais, as paisagens, os sítios, os monumentos e as espécies legalmente protegidos será punido com prisão de dois a oito anos e multa de 1.000.000\$00 a 5.000.000\$00”.

O empresário Spencer Lima, “Skapa”, contactado pelo **A Semana**, declara que “não é necessária autorização da autoridade marítima” e garante que “não paga multa nenhuma”. “A vedação está lá exactamente para isolar a zona da obra das tartarugas e das pessoas, e para evitar que as nossas máquinas e os operários andem na praia”, justifica. Quanto à iluminação do estaleiro de obras, que incide toda a noite sobre a praia, e que, segundo os biólogos “desorienta as tartarugas”, poderá, assegura “Skapa”, “ser reorientada”.

Abaía do Algodoeiro é a praia do Sal onde mais tartarugas desovaram neste ano: foram mais de 300 fêmeas a dar à costa, criando nesta praia mais de 50 por cento dos ninhos de toda a ilha do Sal.

Os partidos com assento parlamentar têm já, para o PAICV, a maioria dos seus cabeças-de-lista às eleições autárquicas de Março de 2008. Tanto o PAICV como o MpD perspectivam concluir esse processo até à segunda quinzena de Outubro próximo. Mais difícil de gerir têm sido os dossiers São Filipe, para o PAICV, e Santa Cruz para o MpD. É que se o PAICV tem Luís Pires, o MpD tem Orlando Dias a ameaçar e a desafiar o statu quo e a dança dos candidatos para as autárquicas do próximo ano.



Dança de candida

Com o país em plena pré-campanha para as municipais de 2008, começam nos bastidores a dança dos candidatos. Os partidos – PAICV, MpD e UCID – têm já praticamente definidos os seus cabeças-de-lista para a maioria dos 21 municípios de Cabo Verde. Os dois primeiros perspectivam fechar o dossier até à segunda quinzena de Outubro.

Mas paralelamente ao processo, os dois partidos estão a braços com algumas “desobediências partidárias”, de consequências políticas imprevisíveis: dirigentes nacionais que por discordarem da forma como o processo tem sido conduzido pela máquina partidária desafiam o “statu quo” na praça pública.

A nível dos tambarinas destaca-se o caso de Luís Pires, membro do Conselho Nacional (CN) do PAICV e presidente da Assembleia Municipal, que admite a possibilidade de participar na corrida à Câmara de São Filipe (Fogo) como independente. Isto depois de ter desistido de participar nas eleições primárias promovidas pelo seu partido alegando irregularidades que podiam comprometer o processo.

“Suspensas que estão as primárias, Luís Pires continua em contacto com os seus apoiantes e perspectiva tomar uma posição pública sobre o assunto, isto numa clara contestação à forma como os órgãos nacionais e sectoriais do seu partido têm conduzido o processo. Pires, que espera ser informado da decisão sobre o processo tomada há mais de um mês pela Comissão Política Nacional, deverá, na próxima semana, tornar públicas as razões que o levam a concorrer como independente à Câmara de S. Filipe. E 400 membros do PAICV pensam pedir a suspensão da sua condição de militante para apoiarem a candidatura de Luís Pires”, avança um dos envolvidos no processo.

E se Luís Pires ainda promete para os próximos dias uma posição definitiva sobre o assunto, a decisão de Orlando Dias, deputado e membro da DN do MpD, já está tomada: não vai concorrer como independente à Câmara de Santa Cruz vai esperar para, “em condições de fidelidade ao partido” ajustar contas mais tarde com os dirigentes do seu partido. Promete uma boa refrega na próxima convenção do MpD, quando vai fazer tudo para destronar Jorge Santos e sua Comissão Política. É que Dias posicionou-se contra a escolha de Policárpio Carvalho como candidato ventoinha à câmara local, estando, por causa disso, a ser vítima de um processo disciplinar. Afinal, diz ele “esta liderança é provisória e vem gerindo o partido com base em amiguismo, nepotismo e clientelismo”, (ver texto).

JOGOS DE BASTIDORES

O presidente da Comissão Nacional do PAICV para as Autárquicas, Manuel Inocêncio Sousa, avança que o seu partido deverá apresentar os seus cabeças-de-lista às municipais de 2008 durante o Iº Congresso Autárquico, a acontecer nos finais de Outubro deste ano. Inocêncio Sousa escusou-se a precisar nomes para os diferentes concelhos, mas garantiu que se está a trabalhar para que o processo fique concluído o mais rápido possível.

A Semana está em condições de avançar que, neste momento, há um intenso movimento de bastidores nos sectores e na sede nacional e que ao PAICV falta apenas acertar os cabeças-de-lista para Sal e Maio. “Há uma incógnita relativamente ao cabeça-de-lista para o Sal, onde continuam a ser ventilados alguns nomes, como o do ministro da Saúde,

Basílio Ramos, e da deputada da nação, Libéria Brito. No Maio a discussão gira à volta de Pedro Alcântara, que trabalha no projecto de Energia Renováveis, e Filinto Santos, actual presidente da CA dos Correios de Cabo Verde e já pela terceira vez candidato ao PAICV na ilha”, confidencia a nossa fonte.

O MpD, por seu turno, deve, assim que Jorge Santos regressar da Europa, reunir a sua Comissão Política para designar o responsável da Comissão Nacional de Coordenação das Autárquicas.

Conforme informações recolhidas junto de vários dirigentes, os ventoinhas têm ainda por fechar os cabeças-de-lista para de São Salvador do Mundo, São Lourenço dos Órgãos, Tarrafal de Santiago e S. Domingos. É que nestes dois últimos concelhos, tanto João Domingos Correia (Tarrafal) e Fernandes Jorge Borges (São Domingos), ainda não confirmaram se concorrerão ou não a um novo mandato. Mas tudo aponta que neste dois casos a questão está apenas no tempo que cada um precisa para gerir o seu próprio “tabu”, pois, garantem as nossas fontes, estes autarcas vão estar na corrida. Para a presidência do município de São Salvador fala-se no nome de Mário Silva, antigo ministro do governo do MpD, ou de António Gonçalves, antropólogo e técnico da Secretaria de Estado da Juventude, deve ir para as Órgãos.

O PAICV tem já consensualizado a sua lista de candidatos para Praia (Felisberto Vieira), Ribeira Grande de Santiago (José Gemes da Veiga) Santa Catarina (João Baptista Freire) Santa Cruz (Orlando Sanches), São Lourenço dos Órgãos (Victor Beassa), São Salvador do Mundo (João Baptista Pereira), São Domingos (Mário Lima), Calheta de S. Miguel (Salomão Furtado), S. Vicente (Onésimo Silveira), Mosteiros (Fernandino

Teixeira), Brava (Camilo Gonçalves), S. Filipe (Eugénio Veiga), Santa Catarina do Fogo (João Aquileu Barbosa Amado), Boa Vista (João Pereira Silva), Paul (Vera Almeida), Tarrafal de S. Nicolau (António Soares), Ribeira Brava (Américo Nascimento). No Porto Novo está por definir, se o PAICV vai com Rosa Rocha, actual secretária de Estado da Agricultura, ou com Emitério Ramos, director geral de Agricultura, Silvicultura e Pecuária. A nível da Ribeira Grande de Santo Antão, a escolha vai ser entre Leonesa Fortes, secretária de Estado das Finanças, e o advogado Amadeu Oliveira. Para o Tarrafal de Santiago, estão sobre a mesa os nomes de Florêncio Varela, director Geral da Alfabetização, Jacinto Miranda, deputado da nação, e Moisés Borges, delegado do MAA no concelho. Este processo ficará, segundo o conselho do sector, concluído até a próxima semana.

O MpD já tem, por seu turno, definido quem vai ser cabeça-de-lista para a Capital (Ulisses Correia e Silva), S. Vicente (Isaura Gomes), Porto Novo (Amadeu Cruz), Ribeira Grande (Orlando Delgado), Paul (António Aleixo), Tarrafal de S. Nicolau (José Freitas), Ribeira Brava (Amílcar Spencer Lopes), Santa Catarina (Francisco Tavares), Calheta de S. Miguel (João Duarte), Ribeira Grande de Santiago (Manuel Monteiro de Pina), Santa Cruz (Policárpio Carvalho) Boa Vista (José Pinto Almeida), Mosteiros (Nilton Rodrigues). Em S. Filipe, o movimento vai concorrer, conforme o coordenador Fausto do Rosário, com uma candidatura própria à Câmara, em oposição ao PAICV e a um grupo de independentes, liderada pela professora Maria Filomena Rodrigues, que tem ligações à Caritas e chegou a ser deputada suplente do MpD. Rui Évora, ex-governador civil, Jorge Nogueira, deputado, e Adolfo Rodrigues,



atos

antigo director do Liceu de S. Filipe são apontados, nas hostes ventoinhas, como possíveis concorrentes àquele cargo. Em Santa Catarina do Fogo, o MpD vai apoiar a candidatura independente de José António Monteiro, emigrante radicado nos EUA. No Sal, o mesmo se poderá dizer relativamente ao GIMS, chefiada pelo edil Jorge Figueiredo. Já no Maio, o cabeçade-lista dos ventoinhas à Câmara tanto pode ser o actual presidente, Manuel Ribeiro, como a deputada Joana Rosa. Na ilha Brava, o adversário de Camilo Gonçalves será definido, segundo o responsável concelhio, José Maria Barros, na reunião da CPR, que será realizada na próxima segunda-feira. Este jornal sabe que a escolha vai ser entre os candidatáveis Pedro Morais, médico e delegado de Saúde, Emanuel Orlando Burgo, ex-director do Liceu, e Samuel Baptista, responsável da CVTelecom na ilha das Flores.

Mas as movimentações políticas não terminam por aí. A UCID, agora com representação parlamentar, vai também participar nas autárquicas de 2008. O seu líder, António Monteiro, será candidato à Câmara de S. Vicente. Caso ele não vier a ser aceite – o tribunal terá de decidir sobre o facto de António Monteiro, não levando até o fim o seu mandato, denunciando ao seu papel de vereador na Câmara Municipal de São Vicente para concorrer como deputado pelo círculo de São Vicente nas últimas legislativas, o partido concorrerá com um outro candidato. Os democratas cristãos vão igualmente disputar a presidência dos municípios da Praia, Ribeira Grande, Porto Novo e Paul, cujos candidatos serão conhecidos proximamente. No Paul, perspectiva-se ainda a candidatura à Câmara de um grupo de independentes, que tem Alfredo Gonçalves, ex-secretário de sector do PAICV, como um dos seus promotores.

Alírio Dias de Pina

Orlando Dias desiste de concorrer à Câmara de Santa Cruz e desafia

“Vou lutar pela mudança da actual liderança do MpD”

Orlando Dias, deputado e membro da Direcção Nacional do MpD, anuncia que desiste de concorrer como independente à Câmara de Santa Cruz para poder ficar em condições de fidelidade ao partido e assim, durante a próxima convenção que acontecerá depois das eleições autárquicas, protagonizar um movimento de mudança da actual liderança, que diz ser provisória. O político volta a acusar Jorge Santos que, no momento do fecho desta edição se encontrava em visita de trabalho no exterior, de estar a gerir o partido na base de “*clientelismo, amiguismo e nepotismo*”.

Orlando Dias explica a este jornal que tomou a decisão de não se candidatar como independente à Câmara de Santa Cruz depois de se ter reunido e recebido conselhos de muitos dos mais de dois mil subscritores de Santa Cruz que lhe pediram, através de um abaixo-assinado tornado público há já alguns meses, que concorresse à presidência do Concelho. Um número expressivo e, segundo ele, em nada comparável ao peso dos sete membros da Comissão Política Regional do MpD que decidiram pela candidatura de Policárpio Carvalho à chefia da edilidade local.

“Reafirmo que desaprovo esta decisão autofágica, de exclusão, discriminatória e antidemocrática tomada pela Comissão Política Regional de Santa Cruz, pelo Sr. Jorge Santos e pela Comissão Política Nacional”, fundamenta aquele membro da DN, responsabilizando, desde já, esses órgãos e JS pelas consequências políticas da escolha feita.

Dias acrescenta que, por uma questão estratégica, desistiu de participar na corrida como independente não só para evitar que a actual liderança o venha culpar pelos resultados que vai conseguir em Santa Cruz, como também porque vai lutar para que o MpD mude da liderança “*Não vou concorrer como candidato independente à Câmara de Santa Cruz para poder estar em condições de lutar internamente para que, na próxima convenção nacional que acontecerá depois das autárquicas de 2008, eu possa estar em condições de fidelidade ao partido e lutar pela mudança da actual liderança do MpD. É que entendo que certos órgãos regionais e nacionais do partido não devem continuar a ser geridos na base de clientelismo, amiguismo e nepotismo. Também alguns desses órgãos não podem continuar a ser estruturas de genros, primos, cunhados e concunhados*”.

Dias vai mais longe, asseverando que a próxima convenção vai ser de disputa renhida pela liderança, estando ele já a trabalhar num cenário alternativo à liderança de Jorge Santos. “*Entendo que a actual liderança é provisória e tomara que assim seja. Eu, vou lutar para que ela seja mudada*”, avisa aquele membro da DN, desafiando Jorge

Santos e Policárpio Carvalho a publicarem os seus respectivos curriculum.

A DN do MpD teria justificado, através de Joana Rosa, que a escolha de Policárpio Carvalho, para defrontar Orlando Sanches, do PAICV, enquadra-se na estratégia do seu partido, que quer introduzir um outro carácter e uma nova ética à forma de fazer política em Santa Cruz.

Mas Orlando Dias recusa-se a seguir a ética e o carácter de Jorge Santos, que numa das eleições autárquicas no Concelho da Ribeira Grande de Santo Antão concorreu, liderando o GDR, com o apoio do PAICV e se posicionou contra o MpD. Dias ironiza, dizendo também dispensar a lição de ética e de carácter de Joana Rosa, que tem sido, “*um exemplo para a sociedade cabo-verdiana*”.

A Semana não pôde recolher as reacções de Jorge Santos, já que, à hora do fecho desta edição, ele ainda não regressara ao país depois de uma viagem a Itália e Portugal, onde, participando na reunião do Comité Executivo da IDC, contactou autoridades e a comunidade cabo-verdiana radicada naqueles países.



Surdos pedem escola especial

No início do mês passado, o presidente da Assembleia Nacional (AN), Aristides Lima, recebeu de um grupo de pais, professores e crianças surdas, uma petição onde exigem uma escola especializada para alunos com deficiência auditiva. No requerimento os assinantes pediram mais respeito pelos direitos dos surdos em Cabo Verde.

Ao longo dos tempos, as pessoas com histórias de deficiência têm sido alvo de marginalização e exclusão social em Cabo Verde. A política de inclusão escolar por uma promoção de educação para todos, apesar de "quase perfeita", não beneficia os surdos.

De acordo com Maria Alice Figueiredo, técnica do Núcleo de Educação Especial, no nosso país não existe a linguagem especial dos surdos. "Não há linguagem gestual no crioulo, somente em português. Por isso, muitas crianças não se integram rapidamente. É preciso uma escola que trabalhe com esses alunos", explica.

No ano passado foram recenseados cerca de 260 surdos. "Eles têm mais dificuldade de aprendizagem. Precisamos criar recursos que possam dar maior resposta às necessidades de educação, formação e integração desses alunos", conclui Figueiredo.

JP



Professores especiais para alunos especiais

Cerca de 120 professores já estão capacitados para trabalhar com mais de 1700 alunos deficientes. As escolas públicas também já estão preparadas para receber essas crianças especiais, garante a técnica do Núcleo de Educação Especial, Maria Alice Figueiredo. Essa iniciativa resulta de uma cooperação do Ministério de Educação com o Brasil.

A situação de alunos especiais - quer os com deficiência visual, auditiva, física, mental super dotados - vem melhorando em Cabo Verde desde a década de 90 quando foi introduzida a política de inclusão social e educacional. Mas, até Setembro do ano passado, o país não tinha professores especializados em crianças e adolescentes com deficiência.

Com a proposta de proporcionar conhecimento teórico-prático a professores da escola pública, a Divisão de Educação Especial, com apoio dos técnicos do Brasil, formou 120 professores para leccionarem a crianças deficientes. Pais e encarregados de educação, também foram contemplados com o curso. Mais docentes devem ser preparados em Outubro deste ano.

Todos os cursos foram focados no ensino de alunos com deficiência auditiva ou visual, orientação e mobilidade. Durante o curso, os professores aprenderam como ajudar o aluno a se direccionar, a usar a bengala e locomover-se com ela. As crianças, segundo a referida técnica, vão aprender, por exemplo, a localizar a casa de banho da escola ou a atravessar a

rua, para que tenham mais independência no dia-a-dia.

Mais Figueiredo refere que entre os alunos especiais, os mais difíceis de trabalhar são os surdos e as crianças com a síndrome de down. "Normalmente não vão além do ensino básico. É preciso uma escola especial para os surdos". Já as com síndrome de down, apela, "precisam de muita atenção e paciência, para que possam integrar-se no meio em que estão inseridos". No caso de cegos já há alunos no ensino secundário", salienta a responsável.

Segundo Maria Alice Figueiredo, o Ministério da Educação vem trabalhando desde a década de 90 para a política de inclusão. Conforme explica, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação assegura aos portadores de necessidades especiais o direito a frequentar a escola pública, juntamente com as demais crianças e adolescentes. "Os professores devem ser preparados para trabalhar com esses alunos sem precisar de os separar do restante da classe", realça.

Na opinião de um professor do ensino básico, que não se quis identificar, o "governo dá pouca atenção" ao facto de não se encontrar uma escola pública preparada para receber alunos com necessidades especiais. "Os professores estão preparados, mas a escola ainda não, porque faltam materiais e técnicos para ajudar os docentes a lidar com estas crianças que precisam de uma atenção especial".

O projecto brasileiro "Escola para todos" apoia o sistema de ensino cabo-verdiano na oferta de atendimento educacional especializado. Segundo Figueiredo, o facto de o país não ter escolas especiais, "já é um avanço, uma vez que os alunos estão incluídos directamente no sistema regular de ensino".

A nova etapa da formação acontecerá em Outubro e deverá incluir cursos de estatística para gestores, formação contínua de professores à distância, um seminário de educação inclusiva, cursos de atendimento especializado a pessoas com necessidades especiais. Alguns professores poderão deslocar-se ao Brasil para participar numa formação nesta área.

Brasil apoia educação especial

A Direcção-Geral do Ensino Básico e Secundário recebeu do Ministério da Educação do Brasil 30 kits de material pedagógico, entre eles livros e CD's, do sistema Braille, do código matemático e linguagem dos surdos. Os materiais deverão ser utilizados nos cursos de educação especial. Este apoio está inserido num acordo de colaboração técnica entre Cabo Verde e Brasil, onde foi desenvolvido o projecto "Escola para Todos". Refira-se que este ano a Universidade de Cabo Verde inicia um curso de licenciatura em Educação Especial. Espera-se que daqui a quatro anos, o país tenha quadros capacitados para trabalhar com alunos deficientes.

Jacqueline Pereira

CM da Brava lança site direccionado às comunidades emigradas

A Câmara da Brava pretende lançar, no final deste mês, um website que vai dedicar especial atenção às comunidades emigradas, particularmente aos residentes nos Estados Unidos. Enquanto isso, a autarquia discute projectos no âmbito do Millennium Challenge Account.

Relativamente ao web site, Camilo Gonçalves diz que este terá pastas com documentos sobre a legislação, investimentos, poupanças, constituição de empresa, incentivos fiscais, direitos de isenção, para outros itens considerados pertinentes para as comunidades cabo-

verdianas, com enfoque para os bravenses que residem fora do país. "Teremos informações sobre o reagrupamento familiar, o município e notícias da ilha. Terá ainda um fórum onde as pessoas poderão opinar sobre determinadas matérias de interesse da população. É o caso do primeiro fórum em que as pessoas serão chamadas a opinar sobre o aeroporto e sobre o cais, que deverá ser expandido em mais 30 metros".

Os próximos fóruns, diz o presidente da CMB, incidirão sobre a vida do município, mas também sobre a utilidade da página

electrónica, que apresenta outras rubricas onde se pode encontrar a constituição do executivo camarário, novidades sobre as geminações, artigos sobre o turismo, e ainda um rol de fotografias de obras, actividades desportivas e festas.

Enquanto isso não acontece, o executivo bravense discute projectos no âmbito do MCA e está a negociar pacotes turísticos. Sobre este último item, o autarca explica que serão feitos investimentos em "Trilhos da Natureza", que são zonas que contam a história da ilha. Em jeito de exemplo, Gonçalves

destaca a zona da Furna, onde os visitantes têm uma primeira visão da ilha, e Fajã d'Água, localidade onde começou a emigração para os EUA.

Os Trilhos da Natureza incluirão ainda um roteiro sobre a vida e obra de Eugénio Tavares, que começa na Rua da Cultura e termina em Praia d'Água, o Parque dos Direitos Humanos Luís Loff Vasconcelos, a Praça da Convalescência São João Baptista e o Mercado Municipal enquanto espaço de promoção para projectos geradores de rendimento.

Constância de Pina

Mãe acusada de deixar bebê morrer de fome e sede



Marloni tinha nove meses e faleceu esta terça-feira, morto por uma desidratação poderosa que lhe secou completamente o corpo. Foi vítima de uma “guerra” entre os pais e a sua morte resultou da negligência, alegadamente propositada, por parte da mãe, que supostamente não lhe deu comida nem água durante mais de uma semana.

O menino já tinha passado o mês inteiro de Maio internado no HAN, devido a uma virose que lhe tomou conta do corpo franzino e lhe causava diarreias frequentes. Depois de curado e restabelecido voltou para casa, onde vivia com os pais. Segundo familiares, esteve sempre bem até há oito dias atrás, quando Béti e Marlon decidiram separar-se. A mãe voltou para a Achada de Santo António, levando com ela o bebê de nove meses; Marlon mudou-se para o Palmarejo e as duas outras crianças que têm juntos ficaram ao cuidado da avó paterna.

Depois do afastamento do casal, a irmã do pai da criança conta que Béti passou essa semana toda sem dar comida nem água ao filho, que começava a apresentar sérios sintomas de doença, voltando às diarreias constantes. Ao que consta, quando a cunhada lhe disse para levar o bebê ao centro de saúde, a mãe do mesmo terá respondido “que estava muito ocupada e tinha outras coisas para tratar”.

Na terça-feira, 25, Béti acabou por levar o menino ao Banco de Urgências Pediátricas do HAN, onde, segundo o laudo médico, o bebê “chegou cadáver por volta das 19h20”. Pode ler-se nesse documento que o menino vinha “pálido, frio, com as pupilas midriáticas (dilatadas) e sem frequência respiratória ou cardíaca”.

Mas Béti tem uma versão diferente. Disse ao **A Semana** que levou o filho ainda vivo por volta das 18h30 e só foi informada da morte de Marloni, cerca de uma hora depois. A médica que tratou do caso falou, sob anonimato, a este periódico e relata que Béti chegou com a criança, depositou-a numa maca e respondeu às perguntas da doutora. Contou que o menino teve diarreia dez dias antes da sua

morte, que os sintomas depois cessaram e só recomeçaram nos três dias que antecederam a ida ao hospital. Segundo a médica, Béti afirmara então que não tinha levado a criança ao centro de saúde enquanto esteve doente, pois preferiu tratá-la em casa, com oralite (sais de hidratação). Um dado que devido ao estado do menino, a médica põe em causa.

Depois de falar com a médica, a mãe saiu da sala onde Marloni ficou para ser examinado e lá não voltou. Manteve-se nas imediações do hospital, mas em nenhum momento se preocupou em saber como estava a evoluir o estado do seu filho. “Nem uma só vez veio perguntar pelo estado do filho”, conta a pediatra. Quando a doutora confirmou o óbito, mandou chamar a avó paterna que chegou acompanhada da jovem mãe, e a ambas deu a triste notícia. Recorda que Béti “não derramou nem uma lágrima e nem quis ver o corpo, meteu-se num táxi e foi-se embora”. E desabafa: “Nunca vi uma mãe reagir assim, tão friamente à morte de um filho”.

E é por tudo isso que o pai vem agora acusar a sua ‘mãe de filho’ de propositadamente ter causado a morte de Marloni, um bebê de nove meses. O pai vai mais longe e diz que a Béti deixou “o filho Marloni sem comer nem beber durante dez dias, para que pudesse morrer”.

Uma gastroenterite aguda (inflamação simultânea da mucosa do estômago e dos intestinos) causada por uma desidratação grave matou Marloni, diz o veredicto médico. Confrontada com as acusações do pai da criança, a médica admite que a desidratação pode ter sido causada por falta de comida e água. Mas isso é apenas uma suposição, já que um bebê se tiver muitos vômitos e diarreia durante um dia inteiro também pode perecer por desidratação.

Marloni foi enterrado na tarde de quarta-feira e não foi feita uma autópsia ao corpo dele. Frente à gravidade das acusações do pai da criança, **A Semana** quis saber como as autoridades deste país vão reagir, e fontes judiciais esclareceram que esta morte pode ser agora investigada pelo

Tribunal, pois tratando-se de um menor é um crime público, portanto passível de investigação, mesmo sem a apresentação formal de uma queixa. E dependendo do resultado dessa investigação, se o tribunal assim o entender, o Ministério Público poderá indiciar ou não a mãe de crime.

Face a este cenário que põe em causa as condições psicológicas desta mãe, as nossas fontes se inquietam quanto ao destino dos outros cinco filhos que lhe restam. É que embora os filhos estejam a cargo de outras pessoas, nada impede Béti de accionar o poder paternal e levá-los a viver com ela. Mas já com um historial de filhos mortos em circunstâncias estranhas, – o Marloni e seu ‘pai’ de filho, lança suspeitas também sobre o falecimento de um outro filho de Béti que morreu com 8 anos, apesar de sofrer de paralisia cerebral – o poder paternal de Béti vai continuar intacto?, perguntam os defensores do direito das crianças. Quanto a isso, diz um jurista, o curador de menores pode tomar medidas. As mesmas fontes judiciais, explicam que para o fazer o Ministério Público e o curador do Tribunal de menores também não precisam de uma queixa formal, só têm que tomar conhecimento da situação desta mãe e das crianças. Se necessário, poderão ainda iniciar as diligências para inibir Béti do seu poder paternal.

O PERFIL DE BÉTI

Elisabeth Cristina Andrade, Béti, tem 27 anos e já teve sete filhos, um deles com paralisia cerebral, que também morreu este ano (com oito anos de idade). Três desses sete filhos são de Marlon, 26 anos, com quem manteve uma relação amorosa de cinco anos. Foi uma relação turbulenta para ambos, Marlon diz que Béti lhe faltava ao respeito, ela diz que ele é alcoólico, que lhe batia frequentemente, o que a fez por várias vezes chamar a polícia para a acudir.

Mesmo assim, questionada por este jornal se queria pôr um ponto final naquela relação, Béti responde que não, que por ela podiam continuar juntos. Quem afirma que nem sequer a quer ver é Marlon, que

faz finca-pé dizendo que Béti “nunca mais vai chegar perto dos filhos” que têm em comum.

Essas duas crianças que tem com Marlon estão agora a cargo da avó paterna, que mora em Safende. Das outras três sabe-se que uma vive na Assomada, outra nos EUA e uma terceira mora com a mãe de Béti, na Achada de Santo António.

Nos seus 27 anos de vida, Elisabeth Cristina Andrade nunca trabalhou porque, como confidenciou ao **A Semana**, queria tempo para “cuidar dos filhos”. “Mas nem isso ela fazia direito”, acusa Marlon, que afiança que durante as suas gravidezes nunca foi a uma consulta, também nunca levava as crianças ao PMI, para vacinas e controle médico.

Marlon e Béti continuam na sua “guerra”. O rapaz lança agora suspeitas sobre se a jovem não terá também morto a criança que tinha paralisia cerebral, por negligência e vontade de se livrar do “empecilho”.

Mas o certo mesmo é que o caso de Marloni demonstra a fragilidade que ainda caracteriza as relações familiares em Cabo Verde. Pai e mãe trocam acusações graves. E frente a essa situação, muitas interrogações ficam: a suposta negligência é de Béti, mas é caso para perguntar porque é que Marlon nunca foi ver o filho enquanto este esteve doente, porque o estar “guerra” com a mãe do bebê não justifica sua ausência. E a irmã do pai, a tia de Marloni, que alertou Béti para levar a criança ao médico, porque é que ela própria não pegou no bebê e o levou para ser tratado? Porque não alertou os familiares e autoridades sobre a situação? Os adultos, esses, culpam-se uns aos outros, mas é imperativo proteger as crianças que não têm outra forma de defesa que uma sociedade mais atenta.

Uma vítima que é criança e não compreende a “insanidade” dos pais, tampouco é culpado de ter nascido num meio onde pessoas vivem em “guerras”. O resultado é que um bebê frágil e indefeso de nove meses, agora, está morto porque não foi levado a tempo ao Hospital.

Catarina Abreu

Carta aberta ASMCV às mais do País e ao



DR. SIMÃO SANTOS*

***Em vez de diálogo,
em vez de parceria,
em vez de confiança,
mesmo depois de se
lhe ter dado um ulti-
mato e de se ter ou-
vido gritos públicos
de desalento, o Po-
der Executivo mante-
ve-se em silêncio***

Cansados dos desgovernos da Justiça, do mutismo do Poder Executivo, de serem alvos de injustas investidas e até do seu próprio recato, os Magistrados de Cabo Verde, através da sua Associação Sindical (ASMCV), rompem para todo o sempre com o seu silêncio e levam ao conhecimento das mais altas instâncias do país, dos cidadãos cabo-verdianos e de mais quem quiser ouvir o que lhes vai há muito abafado na alma, gritando assim bem alto e de vez que não mais aceitarão que o Poder Judicial seja encarado como sendo um Órgão de Soberania de segundo plano, que só de outra forma é visto quando convém aos demais poderes soberanos do Estado.

Procurando levar a cabo um dos seus maiores desideratos, a ASMCV, eivada de boa fé, deu a conhecer aos poderes soberanos do Estado de Cabo Verde a sua existência e apelou ao Poder Executivo para que se passasse a encarar essa instituição como sendo uma parceira essencial na procura de soluções para os problemas que afectam a Justiça no país. Para tal, por considerar primordial, a ASMCV começou por apresentar ao Estado de Cabo Verde, através do Poder Executivo, um caderno reivindicativo, visando melhorar as condições para o exercício de função de Magistrado, por considerar que a degradação do estatuto de Magistrado tem sido um dos maiores entraves a uma melhor prestação da Justiça em Cabo Verde.

Em vez de diálogo, em vez de parceria, em vez de confiança, mesmo depois de se lhe ter dado

um ultimato e de se ter ouvido gritos públicos de desalento, o Poder Executivo manteve-se em silêncio. Optou-se pelo desdém e quando sentiu alguma pressão, aceitou sentar-se à mesa com os legítimos representantes dos Magistrados mas com nenhuma sensibilidade para em tempo útil melhorar as precárias condições a que chegou a magistratura no país e, após o Ministério da Justiça ter solicitado um prazo para apresentar uma contra-proposta, o que foi aceite pela ASMCV porque o que se queria era encontrar uma via de solução, eis que apresentou uma pretensa contra-proposta programática do dito caderno reivindicativo, sem intenção de encontrar solução para os problemas. Na sequência dessa pretensa contra-proposta, tendo-lhe sido concedido ainda um novo prazo reduziu-se ao silêncio, sem respeito sequer pelas Instituições de bem.

Para qualquer um de bom senso é evidente que os Magistrados deste país não podem continuar a sê-lo nas actuais condições, não se pode exigir mais dos servidores da justiça quando se têm salários comparativamente muito baixos e que não foram sequer actualizados há mais ou menos dez anos, quando há muitos anos estão congeladas as progressões e promoções dos Magistrados, quando não há condições para tranquilamente se exercer as funções, quando se atiram as responsabilidades do fracasso do sistema judiciário aos servidores da justiça e, além disso, se procura colocar esse poder numa situação de quase vassalagem.

Talvez se pensou que habituados ao silêncio, jamais os Magistrados sairiam desse seu marasmo. Enganou-se em absoluto.

Fartos de serem usados, de serem apontados como sendo os causadores de todos os males da justiça, de não serem tidos em conta, de serem açoitados até por aqueles que acham ter autoridade moral e intelectual para tal, fartos do desdém de outros poderes soberanos do Estado, os Magistrados, titulares dos Órgãos de Soberania que são os Tribunais, não lhes restando outra alternativa, levam ao conhecimento de todos os cidadãos deste país os entraves com que deparam no exercício das suas funções, as suas angústias, os seus anseios e dão ainda a conhecer que se preparam para travar lutas, com vista à assunção plena do seu poder constitucionalmente consagrado e fazer valer todos os seus direitos, que ao longo dos tempos foram cerceados.

Que não se tenha dúvidas, a real independência dos Tribunais não é um privilégio dos Juizes, trata-se de uma exigência do Estado de Direito Democrático e de uma garantia dos cidadãos.

Que não se duvide que a autonomia plena do Ministério Público não é um apanágio dos Procuradores, mas antes uma das condições basilares para a efectivação da Justiça, para o triunfo da legalidade e representa o freio para eventuais desmandos, abusos de poder e outras tentações.

Que não se tenha ilusões, não se pode falar em verdadeiro Estado de Direito Democrático quando os

dirigida pela altas instâncias os cidadãos

Tribunais, embora independentes nas suas decisões, não o sejam do ponto de vista económico, administrativo e até psicológico.

Não se pode falar em Estado verdadeiramente Democrático quando os titulares do Órgão de soberania que mais zela pelos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos são debilitados economicamente, subjugados psicologicamente, e forçados a ser funcionalmente dependentes do poder executivo, chegando ao ponto ridículo de se ter que pedir tudo ao Ministério da Justiça, até uma mera resma de papel, e esperar pela boa ou má vontade, simpatia ou antipatia dos funcionários dessa Instituição.

Os tempos que correm, os desafios que se tem pela frente não são compatíveis com tal estado de coisas.

As metas que o país propõe alcançar, a cada vez mais exigente tarefa de ministrar a justiça num país como o nosso, onde a alta criminalidade vem despondando a olhos vistos, não são compatíveis com salários estanques, com o mendigar de melhores condições de trabalho, com a sujeição dos servidores da justiça aos desmandos de certos servidores do Estado. Nos dias que correm não basta dotar os Tribunais com pouco mais do que alguns edifícios e computadores para dizer que essas instituições já estão bem apetrechadas para desempenharem cabalmente as suas funções, é preciso muito mais do que isso, é preciso apostar na qualificação dos servidores da justiça, é preciso incentivos económicos para os Magistrados, é preciso segurança, tranquilidade, estabilidade, entre outras condições.

Outrossim, a autonomia Administrativa e Financeira dos Conselhos Superiores das Magistraturas é uma necessidade, é condição sine qua non para uma boa organização e eficácia da Justiça no país. Essas instituições, sob pena de ineficácia, não podem depender económica e administrativamente do Ministério da Justiça, é necessário que se lhes crie condições para que tranquilamente possam exercer as suas atribuições.

Só se pode melhorar ainda mais a prestação da Justiça no país se as magistraturas puderem continuar a contar com os seus bons quadros e tiverem condições para recrutar os melhores profissionais da área. Tal só será possível se a carreira de Magistrado se tornar aliciante,

se se tornar economicamente atractiva, se se mantiverem estáveis as magistraturas e ainda se houver autonomia, estabilidade psicológica e segurança para os servidores da Justiça. Se a situação actual não mudar, se não se encarar a Justiça como sendo um sector efectivamente vital para o país, as Magistraturas correm o risco de perderem os seus melhores quadros (tal como já vem acontecendo), de se transformarem em algo muito pouco atractivo e quiçá num mero trampolim de principiantes para outros voos.

Certamente que não é isso que os cidadãos deste país quererão, não quererão uma Justiça débil, não quererão uma justiça ainda mais morosa, não quererão uma Justiça sem qualidade e muito menos uma justiça que se pode tornar desigual e dependente.

Ora, é contra tal estado de coisas, contra a falta de um programa para o sector da Justiça no país, contra o mutismo do Poder executivo que nós nos insurgimos, que damos o grito de sublevação, saindo assim do nosso casulo já ancestral, prontos para a luta que consideramos justa e sobretudo necessária para a sanidade da Justiça no país.

Os Magistrados de Cabo Verde, em nome da Justiça, em nome dos mais altos interesses da Nação, legitimados pela Lei Fundamental do país, exigem que o Poder Executivo discuta, de igual para igual e de forma séria, com aqueles que mais conhecem as apêndices da Justiça e se procure duma vez por todas, resolver os grandes problemas que afectam a Justiça e se crie ainda todas as condições para uma boa administração desse bem superior aos cidadãos deste país. Trata-se, pois, de uma exigência do Estado de Direito Democrático e a única e real garantia dos cidadãos.

Os titulares dos Órgãos de soberania, Tribunais, não mais aceitam ser vistos como os parentes pobres dos demais poderes soberanos do Estado, não mais aceitam ser erigidos como sendo os repositórios de todos os males que afligem a Justiça em Cabo Verde, não mais aceitam ser meros servidores públicos do Estado, em suma, não aceitam mais dependerem funcionalmente do Poder Executivo.

Doravante tudo faremos para assumir o lugar que de direito nos é reservado constitucionalmente no aparelho do Estado.

Não há independência dos Tribunais com controlo externo da Magistratura, seja por que via for (processual, orgânica ou estatutária).

Não há independência dos Juizes com secretarias judiciais sujeitas ao controlo e disciplina dos departamentos ministeriais.

A existência de uma Magistratura controlada, subordinada, transformada em funcionalismo público, sem horizontes e sem esperança de efectiva promoção e progressão profissional é incompatível com o Estado de Direito Democrático.

O Poder Judicial não é um poder contra o Estado, é um poder do Estado.

Não são os Juizes que têm de abdicar da sua independência, são os demais poderes do Estado que têm de se subordinar ao Direito e deixar de vez de procurar condicionar psicologicamente os Magistrados.

A independência e a autonomia das Magistraturas, no confronto com os outros Poderes é um elemento constitutivo e qualificativo do Estado de Direito Democrático e um travão ao poder executivo e legislativo.

É tempo dos Juizes serem definitivamente assumidos e de se assumirem de uma vez por todas como verdadeiros titulares de Órgão de Soberania.

É tempo de se dotar o Ministério Público de meios humanos e materiais em condições para serenamente poder desempenhar a sua ingente função e então legitimamente se poder exigir dessa instituição resultados palpáveis.

Sejamos honestos, sejamos todos consequentes e responsáveis, só assim a Justiça caminhará rumo a melhorias substanciais, isso a bem de todos nós.

Cremos que, tal como disse Kubitschek, *“a grandeza de uma nação repousa em sua ordem jurídica, de que a expressão mais alta é a aplicação do Direito pelo sentimento de Justiça e a Sabedoria dos seus Magistrados”*.

Decidir de forma justa é deixar uma marca sem rosto e indelével para a posteridade.

Que os Magistrados de Cabo Verde não sejam impedidos de deixar essa inextinguível marca para os vindouros.

**Pela Direcção da ASMCV
O Presidente*



SUBSÍDIOS PARA UMA REINTERPRETAÇÃO CRÍTICA DO PROCESSO DE REVISÃO CURRICULAR EM CABO VERDE

Para um currículo da escola, virado para a sociedade e concebido com os actores sociais da educação, como um produto do povo e para o povo.

EIS A QUESTÃO

A visão de um currículo vivido e concebido como uma “produção cultural”, a meu ver, seria “*um pano de fundo ideal*” para a “*necessária revisão curricular*”, em curso no nosso Sistema Educativo. Um currículo, produto da cultura, implementado sem reservas, como uma política cultural, pode vir a funcionar como um instrumento privilegiado de uma educação crítica, emancipadora e de mudança social. Tenhamos mais coragem! O Sistema Educativo cabo-verdiano bem precisa de um tónico cultural...

À luz duma verdade relativa, o currículo não é nada mais, nada menos, que o espelho da vida de um povo. Constitui, sem margens de dúvidas, um dos factores que maior influência possui na qualidade do ensino e aprendizagem. Nesta linha de entendimento, convém realçar, não deve ser apenas uma prescrição ou planificação, quanto menos, uma listagem de conteúdos, muito bem disfarçada com a visão eurocêntrica, mas sim um “fruto do diálogo” entre os agentes sociais, os técnicos, as famílias, os professores e os alunos. Desta forma, no processo do seu pensamento e da sua construção, parece ser mais razoável, envidar esforços no sentido de criar condições necessárias, que propiciem um diálogo franco com a sociedade, baseado na humildade intelectual e no respeito pela diferença e pautar-se sobretudo por uma visão inclusiva. Afinal, o desenvolvimento curricular, quer queiramos quer não, não passa de um processo aberto. Pelo menos, os teóricos esclarecidos da Educação, assim o concebem.

O currículo é determinado pelo contexto, e nele adquire diferentes sentidos.

Ralph Tyler (1949) nos ensina, que qualquer currículo deve responder a quatro questões básicas e obrigatórias:

1. Que finalidades educacionais a escola deve procurar atingir?
2. Como seleccionar as experiências de aprendizagem que podem ser úteis para alcançar estes objectivos?
3. Como organizar as experiências de aprendizagem para uma educação eficaz?
4. Como se pode avaliar a eficácia das experiências de aprendizagem?

Considero tais questões pertinentes e actuais e, ao mesmo tempo, entendo que têm como pressuposto, a primeira definição de um currículo como algo de natureza filosófica e política e não técnica. A primeira tarefa não é seleccionar ou organizar experiências de aprendizagem, mas sim, definir a finalidade da educação. Antes da definição de um currículo, as sociedades devem interrogar-se sobre as intenções e funções sociais das escolas, e quais os saberes relevantes em cada cultura que se deseja que os seus cidadãos possuam. A principal função dum currículo é materializar estas intenções, tornando-as explícitas, isto é, susceptíveis de serem debatidas e conhecidas pelo conjunto da sociedade, para poderem servir de orientação aos diversos agentes que intervêm na planificação e concretização do processo de ensino e aprendizagem.

Neste passo, deixo no ar esta ousada pergunta, será que nesta tão esperada e desejada revisão curricular, os nossos “curriculistas” responderam as questões acima formuladas? Tais questões simbolizam-se como um proveitoso trabalho de casa e porque não, um autêntico exercício...

O período que se segue, também não

é menos interessante. Vejamos:

Antes da definição de um currículo, as sociedades devem interrogar-se sobre as intenções e funções sociais das escolas, e quais os saberes relevantes em cada cultura que se deseja que os seus cidadãos possuam.

Eu, pelo menos, desejo ver a nossa língua materna “*o Kriolu Cabo-verdiano*”, oficializada, e as nossas culturas populares a brilharem nas nossas escolas. “*Alupec, raskon na livru, na Kadernu y na Kuadru*” y “*Batuku, Funaná, morna y Koladera, riba la na puleru, ta labi labi, sen mantxontxa*”. Quem me dera!...

Parafraseando, Martin Luther King, “I have a dream”, “Eu tenho um sonho”:

Um dia o “outro da escola”, a vida quotidiana dos sujeitos do conhecimento, chegará às nossas escolas. Quem sabe?! Despontar-se-á um novo modelo de escola: uma escola como espaço de debate e socialização de conhecimentos e de resistência cultural, virada para as nossas realidades endógenas, dando mais enfoque às nossas tradições culturais, símbolos e figuras “paradigmáticos” que temos bastante. Sonhei que um dia, as escolas cabo-verdianas estarão abertas e dispostas a dialogar profundamente com pensamentos de Cabral, Eugénio Tavares, Beleza, Pedro Cardoso, Baltazar Lopes, Manuel Di Novas, Nho Roque, Ovídio Martins, Manuel Lopes, José Lopes, Teixeira de Sousa, Jorge Barbosa, Bibinha Cabral, Nácia Gomes, Fátima Bettencourt, Betu, Kodé Di Dona, Ntóni Denti Doru, Anu Nobu, Manuel Veiga, Tomé Varela, Gabriel Fernandes, Carlos dos Anjos, Fernando Jorge Tavares, Cláudio Furtado, Mário Lúcio, Domingos Luísa, Arménio Vieira, Kaká Barbosa, Danny Spínola, Filinto Elísio, Zé di Santiago, Mito, Vadinho Velhinho, José Luís Tavares, Mário Fonseca, Jorge Carlos Fonseca,

Katxás, João Vário, Pantera, Zezé e Zeca Di Nha Reinalda, Kaitaninhu, Sema Lopi, enfim, de todos os poetas e compositores, escritores, músicos e intelectuais, tanto no país como na diáspora, entre outros artistas em geral. São eles, os nossos intelectuais e paradigmas que nos ajudam a libertar da mentalidade colonial, rumo à construção da nossa verdadeira identidade que é (OSER CABO-VERDIANO). Neste processo para a cabo-verdianização da mente das nossas mulheres e dos nossos homens, podemos falar sim, da “*autodeterminação cultural*”.

Só desta forma, vejo as escolas cabo-verdianas como escolas sociais.

Caros compatriotas, não é mais do que bonito e democrático ver e sentir as nossas culturas nas nossas escolas?! Não é esta, a verdadeira liberdade?!

Uma escola, como uma autêntica organização social e cívica e, ao mesmo tempo, cultural.

EIS A OUTRA QUESTÃO!...

Sejamos mais cultos, menos elitistas e menos complexados, o nosso “*kriolu*” é o espelho mais vivo da nossa identidade e, tem pernas para andar bem longe, ao lado das outras línguas, desde que haja o esforço e a boa vontade de todos: cabo-verdianas e cabo-verdianos. A escrita da língua não é mais do que uma convenção. Felizmente, as línguas evoluem-se.

Libertemo-nos da alienação cultural. Com a nossa língua materna e as nossas culturas populares nos nossos currículos escolares e na nossa bem-vinda Universidade de Cabo Verde, oficialmente consideradas, como um instrumento de trabalho e um veículo de ensino e aprendizagem nas nossas escolas, cantaremos e gritaremos uma outra independência, desta vez já, será a cultural. Oxalá, que assim seja!...

Viva a Cultura.

“*Cabuverdianamenti*”, fico por aqui...

CARTA ABERTA AO PRIMEIRO-MINISTRO,

DR JOSÉ MARIA NEVES

(continuação)



GERALDO ALMEIDA

EXCELENÇA

4. Nos debates que têm sido feitos sobre as terras de Cabo Verde, todos reconhecem que o processo não será correctamente compreendido sem recurso à história da instituição da propriedade. Esta verdade tem sido repisada por pessoas qualificadas. Cito o próprio Reitor da Universidade de Cabo Verde, Dr. António Correia e Silva, historiador com provas dadas, que no último debate ocorrido sobre a questão fundiária repisou este ponto de vista. Todavia, não pretendo ir muito longe. Limitar-me-ei ao ponto que tem sido objecto da controvérsia entre o Estado e os proprietários dos terrenos.

Os juristas que apoiam o Governo nessa matéria afirmam: os proprietários não têm direito à indemnização pela expropriação dos seus terrenos porque só têm um registo matricial e a inscrição na matriz só tem valor fiscal. Quem não conseguiu inscrever a sua propriedade no registo predial não tem direito a ser indemnizado. Recentemente o Governo reproduziu esta afirmação num comunicado sobre o assunto.

Vários erros jurídicos estão subjacentes a esta afirmação: o primeiro é o de que se pretende eleger o registo predial como o único meio de prova da propriedade, quando todos os juristas qualificados estão de acordo que a propriedade se prova por todos os meios permitidos em direito. O segundo erro que resulta dessa afirmação é o de que é o registo predial que confere o direito de propriedade, ou seja, tem valor constitutivo, quando todos os juristas qualificados reconhecem que o registo predial constitui mera presunção da existência do direito de propriedade. Um terceiro erro vem a seguir que é o de considerar que essa presunção tem natureza *iuris et de jure*, ou seja não admite prova em contrário, quando todos os juristas qualificados consideram que essa presunção tem natureza *juris tantum*, ou seja, pode ser-lhe aposto todo e qualquer outro meio de prova. Nesta medida, um quarto erro surge a seguir que é o de pensar que o registo na matriz não serve de elemento de prova da propriedade e só produz efeitos fiscais, quando tanto a lei como a jurisprudência reconhecem ao registo matricial a potencialidade para produzir uma multiplicidade de efeitos de direito: na definição da competência territorial (art.º 73º do Código do Processo Civil); na avaliação (art.º 603º do Código do Processo Civil); na arrematação (art.º 896 n.º 2 do CPC); no inventário (art.º 1346/2 do CPC); no aforamento (Portaria n.º 22.869 de 4 de Setembro de 1967); nos arrendamentos (art.º 1084º e 1105º do CC); na expropriação por utilidade pública (Ac. da Relação de Lisboa de 26 de Junho de 1997); na remição do foro (Ac. da Relação de Lisboa de 29 de Outubro de 1991); na transferência da propriedade (ac. da Relação de Lisboa de 12 de Dezembro de 1991); na promessa de compra e venda (Ac. da Relação de Lisboa de 23 de Março de 2000); nas acções de demarcação (Ac. da Relação de Coimbra de 20 de Novembro de 2001) e, de um modo geral, na prova

da propriedade a ser livremente apreciada pelo julgador, podendo mesmo prevalecer sobre o registo predial (ac. da Relação de Évora, de 5 de Fevereiro de 2004). Só uma simplificação pueril permite afirmar que o registo matricial só produz efeitos fiscais, como tem afirmado o jurista que apoia o Governo nesta matéria.

5. Esta sucessão de erros prende-se com o desconhecimento de vários aspectos da história da instituição do registo sobre a qual vou ter que maçar Vossa Excelência. Mas não serei exaustivo para que possa ter a paciência de me ler.

Até 1865 não houve registo de propriedades nas antigas colónias portuguesas de que Cabo Verde fazia parte. O primeiro diploma que veio dispor sobre esta matéria foi o Código do Crédito Predial de 17 de Outubro de 1865 que estabelecia como obrigatório o registo do domínio. O nome do diploma diz tudo sobre o seu efeito primário: a principal preocupação do registo não está na necessidade de fazer a prova da propriedade, mas sim na garantia do crédito concedido sobre a propriedade. Aliás, o Código do Crédito Predial seguia a chamada Lei Hipotecária de 1 de Julho de 1863 que, como decorre igualmente dos seus termos, não tinha como preocupação principal a prova da propriedade, mas sim criar uma garantia real para os créditos concedidos pelas instituições financeiras.

Estes diplomas estabeleciam a obrigatoriedade do registo, mas reconhecendo Portugal que não tinha meios, humanos e administrativos, para criar serviços de registo em todos os lugares (Boa Vista até hoje não tem um serviço de registo predial!!) com o Código Civil de 1867 o registo de propriedade passou a ser facultativo, ou seja, o proprietário o faz, se quiser, mantendo-se até hoje, como única excepção o registo da hipoteca.

Assim, desde meados do século XIX que o registo predial de imóveis em Cabo Verde tem carácter meramente facultativo, donde se segue que, desde meados do século XIX que a propriedade de imóveis se prova por todos os meios permitidos em direito, incluindo a prova testemunhal.

A própria Lei veio reconhecer que o sistema criado não oferecia segurança absoluta, por razões que se prendem com os modos de acesso à terra; com o regime sucessório e com a própria abolição da escravatura, em termos que não cabe analisar aqui. Sucessivas arremetidas legais vieram incentivar os proprietários a legalizarem os seus terrenos: - Decreto de 24 de Maio de 1902; - Portaria n.º 238, de 14 de Outubro de 1915 que criou inclusivamente uma comissão para o efeito; Decreto n.º 4581-A, de 1 de Dezembro de 1918; Portaria n.º 663 de 12 de Outubro de 1920; Portaria n.º 87 de 11 de Maio de 1922; Portarias n.ºs 102, 103 e 104, de 13 de Junho de 1922; Portaria Provincial n.º 454, de 14 de Janeiro de 1930; Decreto n.º 43894, de 6 de Setembro de 1961 e, por último, o Decreto n.º 132/71, de 6 de Abril, aliás ainda em vigor. Nenhum destes diplomas logrou qualquer sucesso. Assim, no momento em que se dá

a Independência Nacional só uma fracção pouco significativa de terrenos foi objecto de registo predial.

Sem o registo predial resta como único documento verdadeiramente valioso nesta matéria o registo matricial. E note-se que é a própria lei que vem valorizar o registo matricial ao estabelecer a sua obrigatoriedade; ao criar serviços competentes para o realizar e ao estabelecer para a sua realização emolumentos extremamente baixos, para além de extensas isenções. A lei colocou, portanto, o registo matricial ao alcance da generalidade das populações e desta forma valorizou a sua importância. Em contrapartida, a lei desvalorizou o registo predial ao estabelecer a sua não obrigatoriedade; ao não criar em todos os lugares os serviços competentes para o realizar e ao estabelecer emolumentos extremamente elevados para a sua realização. A Lei colocou, portanto, o registo predial fora do alcance da generalidade das populações, diminuindo assim a sua importância. E note-se que em Cabo Verde sem o registo matricial não fica nenhum documento oficial para demonstrar a propriedade: em 75% dos casos é unicamente pelo registo matricial que se conhece o dono do terreno; que se conhecem as suas confrontações e se conhece a sua área. Nenhum outro documento faz esta demonstração.

6. O regime instituído trouxe uma consequência importante que não pode ser descuidada: do ponto de vista da representação das populações, o registo matricial passou a desempenhar os efeitos de fé pública pretendidos com o registo predial. Aos objectivos fiscais passou a estar associado ao registo matricial a presunção de titularidade a favor daquele que efectuou o registo em seu favor. Pagar a décima passou a ter como significado cultural fazer valer um direito de propriedade. Só assim se compreende que de entre os meus constituintes alguns ainda guardem recibos do pagamento da décima com data de 1917. Gerou-se uma prática reiterada com a convicção de obrigatoriedade, convicção, aliás, imposta e induzida pela própria lei. Gerou-se, portanto, um costume aceite e reconhecido pela generalidade das populações, um costume que não tem apenas âmbito local, mas também nacional, como se pode dar conta a olho nu mas que ficou demonstrado pelos estudos recentes realizados pela FAO nesta matéria. E trata-se de um costume praticado por todas as camadas, tanto as menos como as mais esclarecidas. A título exemplificativo, as propriedades dos familiares do Presidente da República, Comandante Pedro Pires, na ilha do Fogo, até recentemente não se encontravam descritas no registo Predial! Muitos dos familiares de Vossa Excelência terão propriedades nestas circunstâncias. A história, a indução legislativa, a ilustração e a representação das populações, permitiu, portanto, uma modificação subjectiva da intencionalidade jurídica inerente ao registo matricial que passou a ter o valor de presunção da titularidade do direito a favor daquele que efectuou o registo matricial em seu nome.

Esta modificação não é rejeitada pela ordem jurídica nem entra em contradição com o efeito presuntivo decorrente do registo predial, dado o carácter meramente facultativo deste. E se ao registo matricial estiver associada a posse, como acontece com a generalidade dos meus constituintes, é a própria lei que manda dar preferência ao proprietário que se encontrar nestas circunstâncias.

TU QUOQUE, SENHOR PRIMEIRO-MINISTRO

7. Desde o tempo dos Romanos que os juristas criaram uma fórmula segundo a qual quem viola uma norma jurídica não pode, sem abuso, vir exigir o cumprimento dessa norma ou vir exigir o acatamento das consequências resultantes da violação: tu quoque. Na verdade, *“fere as sensibilidades primárias, éticas e jurídicas que uma pessoa possa desrespeitar um comando e depois vir exigir a outrem o seu acatamento”* - MENEZES CORDEIRO.

Ora, há mais de um século que o Estado afirmou aos proprietários que para invocarem essa qualidade não necessitavam de fazer prova através do registo predial; fere as sensibilidades primárias, éticas e jurídicas que o Estado venha hoje fazer depender a prova da propriedade do cumprimento dessa obrigação. Há mais de um século que o Estado afirmou aos proprietários que podiam fazer a prova da sua propriedade por todos os meios permitidos em direito; fere hoje as sensibilidades primárias, éticas e jurídicas que o Estado venha hoje exigir como único meio de prova o registo predial. Há mais de dez anos que o Estado procedeu (ilegalmente) ao registo de propriedade dos terrenos integrantes nas Zonas Turísticas Especiais; fere hoje sensibilidades primárias, éticas e jurídicas que o Estado venha exigir das pessoas o registo predial das suas propriedades quando sabe que o registo prioritário em nome do Estado impede novo registo em nome dos proprietários.

São estes os dados de facto e de direito, Senhor Primeiro-Ministro. Dentro do próprio Governo de V.Excia existem juristas qualificados e cuja antiga idoneidade permite supor que não esconderão de V.Excia a justeza desta carta. Consulte-os, pois! E para que o chamado *“Estado de Direito”* não seja um mero slogan de campanha, e para que as pessoas comecem a ver o Estado como a pessoa de Bem que se afirma ele ser, será importante que se respeite os direitos dos cidadãos proprietários que estão a ser violados de uma forma tão grosseira que em nada fica a dever aos regimes que têm a fama de serem totalitários.

De todo o modo, e seja qual for o desfecho que esta convulsão social venha a ter para o país, tenho a consciência de ter cumprido o meu dever alertando V.Excia para os erros em que o seu Governo vem sendo induzido nesta matéria por juristas que aprenderam o Direito como simples operação aritmética.

Apresento-lhe os meus cumprimentos.